



Relatório & Contas

1º Semestre de 2026

SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A

Índice

- I. Órgãos Sociais
- II. Enquadramento Macroeconómico
- III. O Mercado de Capitais e os Organismos de Investimento Colectivo
- IV. O Mercado Imobiliário
- V. Actividade 1º Semestre 2026
- VI. OIC's sob Gestão
- VII. Perspectivas para o 2º Semestre 2026
- VIII. Demonstrações Financeiras
- IX. Anexos às Demonstrações Financeiras
- X. Relatório do Auditor Externo
- XI. Parecer do Conselho Fiscal

I. Órgãos Sociais

O modelo de governo da SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A. (doravante “SGHCP”) estrutura-se através de uma Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A gestão da sociedade compete ao Conselho de Administração na qual os Accionistas delegaram amplos poderes de gestão para a condução da actividade corrente.

A Assembleia Geral e o Conselho Fiscal deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos da sociedade.

Em 30 de Junho de 2026, os órgãos sociais eram os seguintes:

Assembleia Geral

- I. Presidente da Mesa – Manuel Maria Cota Dias da Silveira Botelho
- II. Secretária da Mesa – Ridaura Antónia Artur Malenga de Oliveira

Conselho de Administração

- I. Presidente – Mário Falhas Amaral
- II. Vogal – Valdir Rodrigues da Costa

Conselho Fiscal

- I. Presidente – Márcia Nijiolela Ganga da Costa de Brito
- II. Vogal – Walter Wagner Martins Hinda
- III. Vogal – Edivalda Efigénia Hilário Pedro Machado
- IV. Suplente – Claudeth Elsa Gonçalves Tjisindandjila

Revisor Oficial de Contas

KPMG Auditores, Lda.

II. Enquadramento Macroeconómico

Contexto Internacional

Em comparação com as projecções divulgadas em Janeiro de 2026, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa a perspectiva de crescimento da economia mundial para 2026, reduzindo-a de 3,3% para 3,1%, o que corresponde a uma diminuição de 0,2 pontos percentuais. Esta revisão, apresentada na edição de Abril de 2026 do *World Economic Outlook* (WEO), reflecte, sobretudo, o impacto económico decorrente do conflito armado no Médio Oriente, iniciado em 28 de Fevereiro de 2026.

Até ao eclodir do conflito, a economia mundial evidenciava sinais de resiliência, sustentados pelo dinamismo do investimento em tecnologia, pela moderação das tensões comerciais e por condições financeiras relativamente favoráveis. Neste contexto, o FMI admitia a possibilidade de rever em alta as projecções de crescimento económico global. Todavia, a escalada do conflito alterou significativamente estas perspectivas, sendo classificada pelo FMI como um choque negativo de oferta, susceptível de provocar um aumento dos custos da energia, intensificar as pressões inflacionistas, perturbar as cadeias globais de abastecimento e agravar as condições financeiras internacionais.

No que respeita à inflação, o FMI previa, em Janeiro de 2026, uma continuação do processo de desinflação, estimando uma redução da inflação mundial de 4,3% em 2025 para 3,6% em 2026. Contudo, a deterioração do enquadramento económico internacional conduziu a uma revisão em alta das perspectivas inflacionistas. No WEO de Abril de 2026, a inflação mundial passou a ser estimada em 4,4% para 2026, invertendo a trajectória descendente anteriormente prevista e evidenciando a persistência das pressões inflacionistas à escala global.

Para 2027, mesmo no cenário de referência, o FMI prevê uma inflação mundial de 3,7%, valor inferior ao registado em 2026, mas ainda superior à projecção de 3,6% que, em Janeiro, era antecipada para 2026. Este comportamento evidencia que o processo de convergência para níveis de inflação compatíveis com a estabilidade de preços será mais gradual do que anteriormente esperado.

Adicionalmente, o FMI apresenta dois cenários alternativos que ilustram os principais riscos descendentes para a economia mundial. No cenário adverso, o crescimento económico global desaceleraria para 2,5% em 2026, enquanto a inflação aumentaria para 5,4%, em consequência da persistência dos elevados preços da energia, do

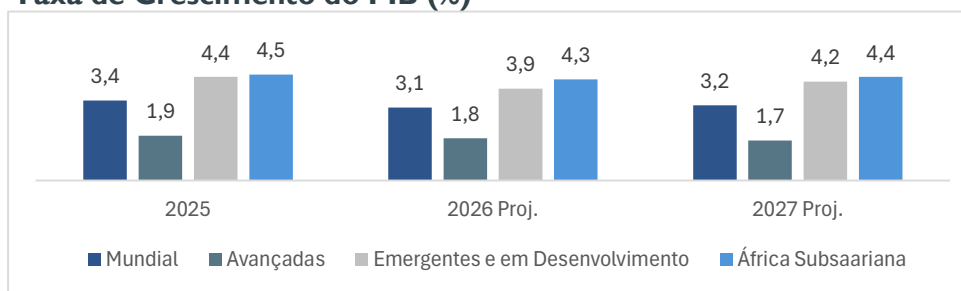
agravamento das condições financeiras e da manutenção de uma política monetária restritiva. Num cenário mais severo, o crescimento mundial aproximaria-se dos 2,0%, limiar que o FMI associa a uma recessão global. Neste cenário, a inflação ascenderia a 5,8% em 2026 e 6,1% em 2027, reflectindo a persistência das pressões inflacionistas, o prolongamento dos elevados preços da energia e o endurecimento das condições monetárias e financeiras.

Nas economias avançadas, o FMI prevê um crescimento agregado de 1,8% em 2026 e 1,7% em 2027. Nos Estados Unidos, a economia deverá crescer 2,3% em 2026 e 2,1% em 2027, reflectindo apenas uma ligeira revisão em baixa face às projecções de Janeiro, sustentada pela resiliência da actividade económica, pela recuperação observada no início de 2026 e por ganhos de produtividade superiores ao esperado.

Na zona euro, as perspectivas são menos favoráveis, prevendo-se uma desaceleração do crescimento para 1,1% em 2026 e 1,2% em 2027. A região continua a ser penalizada pelos elevados preços da energia, pela fragilidade do sector industrial e pelo agravamento das condições externas, sendo a Alemanha a economia que regista a revisão mais significativa das perspectivas de crescimento.

Entre as principais economias emergentes, o FMI projecta que a África Subsaariana mantenha um crescimento relativamente estável, de 4,3% em 2026 e 4,4% em 2027, embora persistam diferenças significativas entre os países da região. Na China, o crescimento deverá desacelerar gradualmente para 4,4% em 2026 e 4,0% em 2027, enquanto a Índia continuará a destacar-se como uma das economias com melhor desempenho, mantendo um crescimento de 6,5% em ambos os anos, impulsionado pela robustez da procura interna e pela continuidade das reformas estruturais.

Taxa de Crescimento do PIB (%)



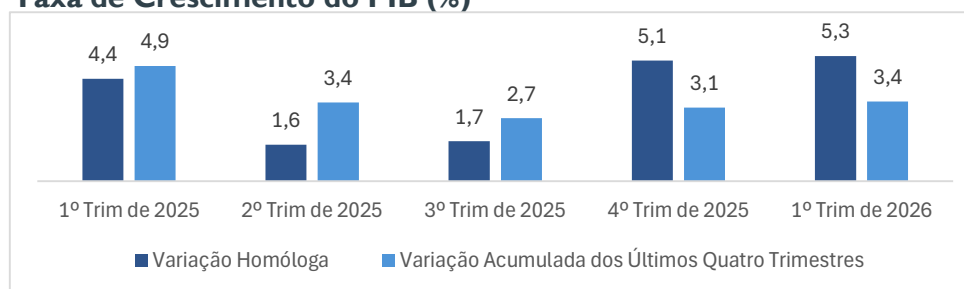
Fonte: World Economic Outlook Abril 2026

Economia Nacional

Economia Real

Segundo a informação mais recente das Contas Nacionais divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 5,3% no 1º trimestre de 2026, face ao trimestre homólogo de 2025. Adicionalmente, na variação trimestral com ajuste sazonal, isto é, comparando o 4º trimestre de 2025 com o 1º trimestre de 2026, observou-se um crescimento de 1,4%. Na perspectiva acumulada dos últimos quatro trimestres, o PIB expandiu 3,4% comparativamente ao período homólogo anterior.

Taxa de Crescimento do PIB (%)



Fonte: INE

A análise da estrutura produtiva de Angola, entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, evidencia uma economia com alterações relevantes na composição sectorial do PIB.

Durante o período em referência, o sector de Serviços manteve-se como o de maior peso na economia, representando 47,4% do PIB no 1º trimestre de 2026, ligeiramente acima dos 46,5% registados no mesmo período de 2025. Esta estabilidade reflecte a resiliência do sector terciário como principal motor da actividade económica nacional.

O sector Industrial registou uma ligeira contracção, com a sua participação no PIB a reduzir-se de 29,1% no 1º trimestre de 2025 para 28,3% no 1º trimestre de 2026, evidenciando um abrandamento relativo da actividade industrial face aos demais sectores.

O sector Agropecuário, que inclui Pesca e Aquacultura, registou uma participação de 23,5% no 1º trimestre de 2026, face aos 24,1% do mesmo período de 2025, mantendo-se como o segundo sector de maior peso na economia, ainda que com uma ligeira redução da sua contribuição relativa. Esta evolução sugere um processo de recomposição gradual da estrutura produtiva angolana, com os Serviços a consolidarem a sua posição dominante na geração do produto interno bruto.

Peso do PIB por Sector

Participação de cada sector em %	1º Trim de 2025	2º Trim de 2025	3º Trim de 2025	4º Trim de 2025	1º Trim de 2026
Agro-Pecuária e Silvicultura, Pesca e Aquacultura	24,1%	39,7%	19,6%	15,4%	23,5%
Indústria	29,1%	20,9%	31,1%	30,1%	28,3%
Serviços	46,5%	38,9%	48,8%	53,1%	47,4%
Imposto sobre os produtos	2,6%	1,7%	2,4%	2,9%	2,1%
Subsídios (-)	-2,2%	-1,3%	-1,9%	-1,5%	-1,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE

Taxa de Inflação

A trajectória da inflação em Angola ao longo dos primeiros meses de 2026 foi marcada por uma desaceleração consistente e acentuada, conforme evidenciado pelo Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN). A taxa de inflação caiu progressivamente de 14,6% em Janeiro para 10,9% em Maio, uma redução de 3,7 pontos percentuais ao longo do período em análise. Esse movimento descendente foi contínuo, reflectindo um cenário de gradual alívio nas pressões de preços na economia angolana, em linha com a tendência de desinflação que vinha a verificar-se desde 2025.

No que respeita à estrutura da inflação, a classe dos Transportes registou a maior taxa de variação homóloga em Maio de 2026, situando-se em 15,7%. Seguiram-se as classes Habitação, água, electricidade e combustíveis, com 14,3%, Educação, com 13,4%, e Alimentação e bebidas não alcoólicas, com 11,3%.

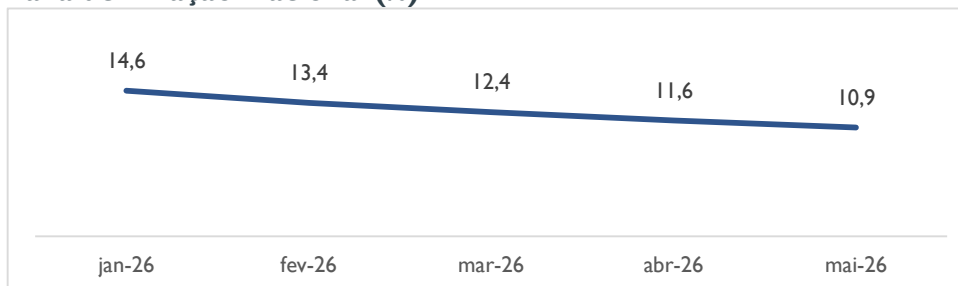
No que respeita ao contributo das diferentes classes de despesa para a variação do índice geral de preços, a classe Alimentação e bebidas não alcoólicas manteve-se como o principal factor impulsionador da inflação, representando 63,4% do contributo total para a variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC). Este resultado evidencia o elevado peso do cabaz alimentar na estrutura de consumo das famílias e a sua influência determinante na evolução da inflação, tornando a dinâmica dos preços dos bens alimentares particularmente relevante para o custo de vida e para o poder de compra da população.

Seguiram-se as classes Transportes, com um contributo de 6,9%, Bens e serviços diversos, com 5,7%, e Habitação, água, electricidade e combustíveis, com 4,9%. Embora com um peso significativamente inferior ao da componente alimentar, estas classes continuaram a exercer pressão sobre o nível geral de preços, reflectindo, entre outros factores, a evolução dos custos dos

combustíveis, dos serviços, da habitação e do transporte de pessoas e mercadorias.

A distribuição dos contributos por classe de despesa demonstra que a inflação em Angola continuou fortemente concentrada nos bens essenciais, em particular na alimentação, o que reforça o impacto das variações de preços sobre o rendimento disponível das famílias, sobretudo das de menor rendimento, cuja estrutura de consumo é mais sensível ao aumento dos preços dos bens de primeira necessidade.

Taxa de Inflação Nacional (%)



Fonte: INE

Política Monetária

Na reunião realizada em Janeiro de 2026, perante a confirmação da trajectória descendente da inflação, que fechou 2025 em 15,7% face aos 27,5% registados em 2024, e a perspectiva de manutenção desta tendência nos meses seguintes, o Comité de Política Monetária (CPM) decidiu aprofundar o ciclo de flexibilização, deliberando:

- a) Reduzir a Taxa BNA de 18,5% para 17,5%;
- b) Reduzir a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez de 19,5% para 18,5%;
- c) Manter a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 16,5%.

Esta inflexão na orientação da política monetária traduziu-se numa sinalização de maior confiança na trajectória descendente da inflação, enquanto procurou estimular de forma controlada a actividade económica, reduzir os custos de financiamento e promover maior dinamismo no crédito ao sector produtivo.

Realizou-se uma reunião em Março de 2026 onde o CPM optou por manter as taxas de juro de política inalteradas, num contexto marcado por incertezas no ambiente económico internacional associadas ao agravamento dos conflitos geopolíticos. Não obstante, o CPM introduziu uma medida de estímulo à liquidez, ao reduzir o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional de 18,0% para 17,5%, com o objectivo de libertar liquidez e dinamizar o mercado monetário interbancário.

Na reunião de Maio de 2026, o CPM retomou o ciclo de flexibilização, deliberando:

- a) Reduzir a Taxa BNA de 17,5% para 17,0%;
- b) Reduzir a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez de 18,5% para 18,0%;

- c) Reduzir a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de 16,5% para 16,0%.

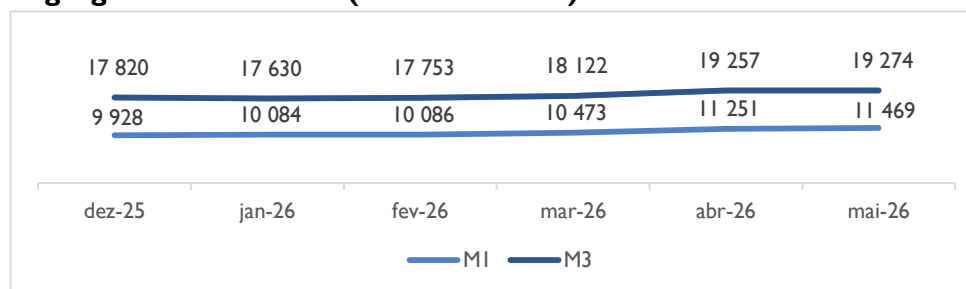
Esta decisão fundamentou-se nos ganhos observados na trajectória da inflação, que se situou em 11,6% em Abril de 2026, e na perspectiva favorável da sua evolução no curto prazo, tendo o CPM revisto em baixa a projecção da taxa de inflação para 11,5% em 2026, mantendo a previsão de crescimento do PIB em 3,5%.

No 1º trimestre de 2026, os agregados monetários em Angola registaram uma trajectória de crescimento gradual e consistente.

O agregado monetário M1, constituído pelas notas e moedas em circulação e pelos depósitos transferíveis, aumentou de 10 083,97 mil milhões de kwanzas, em Janeiro, para 11 468,68 mil milhões de kwanzas, em Maio, correspondendo a um crescimento sustentado, sobretudo, pela expansão dos depósitos transferíveis, o que reflecte um aumento da liquidez imediatamente disponível na economia.

Por sua vez, os agregados M2 (M1 acrescido da quase-moeda) e M3 (M2 acrescido de outros instrumentos equiparáveis a depósitos), que apresentaram valores coincidentes durante o período em análise, registaram igualmente uma evolução positiva, passando de 17 630,49 mil milhões de kwanzas em Janeiro para 19 273,81 mil milhões de kwanzas em Maio. Esta evolução evidencia um crescimento da massa monetária em sentido lato, traduzindo uma maior disponibilidade de meios de pagamento e de activos líquidos na economia, em linha com a expansão da actividade financeira e do crédito.

Agregados Monetários (Kz mil milhões)



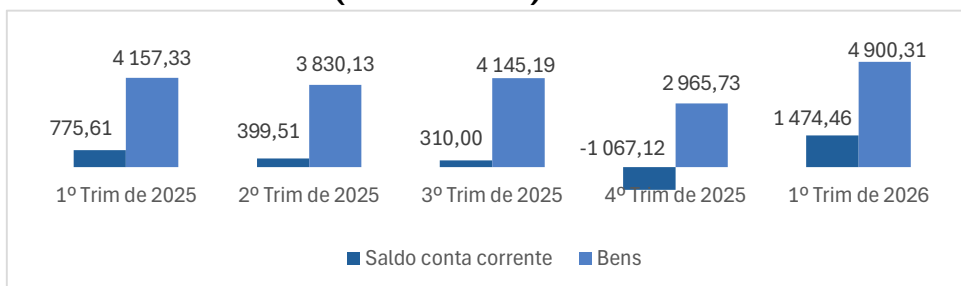
Fonte: BNA

Sector Externo e Taxa de Câmbio

Segundo a Nota de Informação sobre as Estatísticas Externas do 1.º trimestre de 2026, o saldo da conta corrente foi superavitário em USD 1 474,46 milhões, equivalente a 4,0% do PIB, tendo registado um melhor desempenho face ao trimestre anterior.

A evolução da conta corrente foi determinada, sobretudo, pelo incremento do saldo da conta de bens em 65,2% e pelo desagravamento do défice da conta dos rendimentos primários em 40,6%, apesar do agravamento dos défices da conta de serviços e das transferências correntes, que aumentaram 8,6% e 6,2%.

Saldo Conta Corrente (USD milhões)



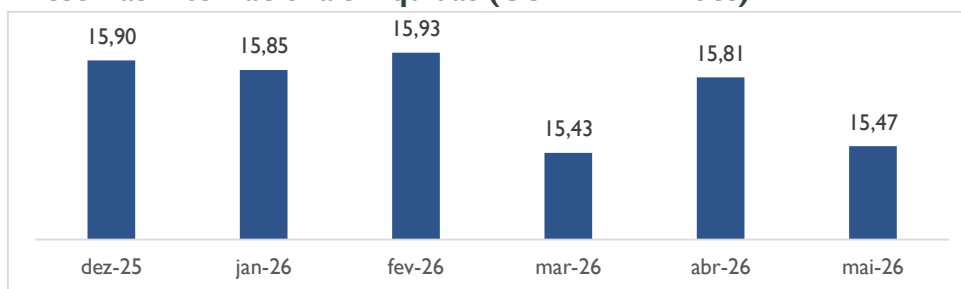
Fonte: BNA

Entre Janeiro e Maio de 2026, as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) de Angola mantiveram-se relativamente estáveis, rondando os USD 15,00 mil milhões ao longo do período, apesar de registarem oscilações moderadas de mês para mês. Em Maio de 2026, as reservas situaram-se em USD 15,47 mil milhões, reflectindo uma ligeira redução face ao mês anterior e evidenciando a manutenção de um nível de reservas consistente para fazer face aos compromissos externos e contribuir para a estabilidade macroeconómica.

A evolução das Reservas Internacionais Líquidas ocorreu num contexto de elevada volatilidade do mercado petrolífero internacional, principal fonte de receitas em moeda externa do País. Paralelamente, as necessidades de intervenção no mercado cambial, o serviço da dívida externa e o cumprimento de outras obrigações internacionais continuaram a influenciar a gestão das reservas pelo Banco Nacional de Angola.

Não obstante este enquadramento, o nível das Reservas Internacionais Líquidas manteve-se em torno dos USD 15,00 mil milhões ao longo do período em análise, proporcionando uma importante almofada de liquidez externa. Este nível de reservas contribuiu para reforçar a confiança dos agentes económicos, apoiara estabilidade do mercado cambial e preservar a capacidade do País para fazer face aos seus compromissos financeiros externos.

Reservas Internacionais Líquidas (USD mil milhões)



Fonte: BNA

Relativamente à taxa de câmbio, no 1º semestre de 2026 observou-se uma evolução diferenciada consoante a moeda de referência. Face ao USD, o Kwanza manteve uma assinalável estabilidade, com a taxa de câmbio USD/AOA a situar-se em 912,13 entre Janeiro e Março, registando apenas uma ligeira depreciação para 913,12 em Abril e Maio.

Por sua vez, face ao euro, verificou-se uma maior volatilidade, acompanhando a evolução da cotação da moeda europeia nos mercados internacionais. A taxa de câmbio EUR/AOA passou de 1 086,81 em Janeiro para 1 048,77 em Março, traduzindo uma apreciação temporária, antes de voltar a situar-se em 1 063,23 kwanzas por euro em Maio.

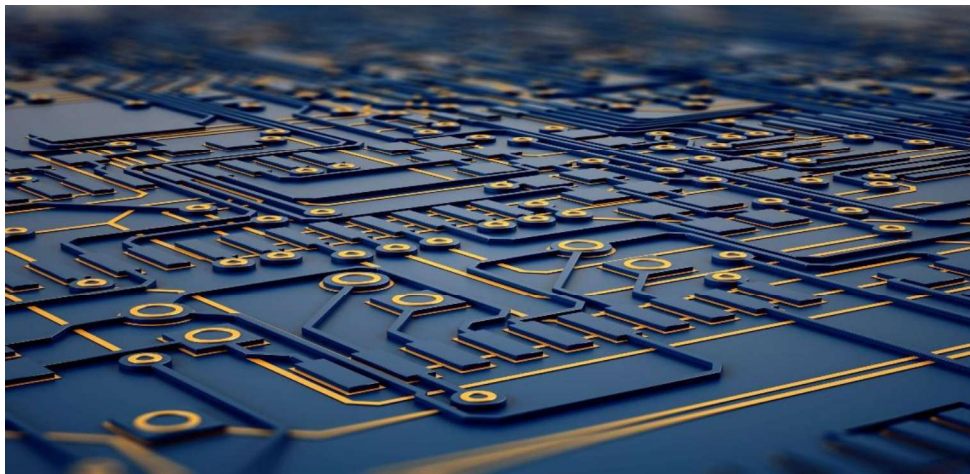
De um modo geral, a evolução cambial no período em análise evidencia a manutenção da estabilidade do Kwanza face ao dólar norte-americano, enquanto a taxa de câmbio face ao euro reflectiu, em maior medida, as oscilações da moeda única europeia nos mercados cambiais internacionais.

Taxa de Câmbio (USD/AOA e EUR/AOA)



Fonte: BNA

III. Mercado de Capitais



A Oferta Pública de Venda (OPV) das acções da Unitel constituiu o principal acontecimento do mercado de capitais angolano durante o 1º semestre de 2026. Neste período, foram concluídas as principais etapas de preparação da operação, incluindo a estruturação, os procedimentos regulatórios e os trabalhos técnicos necessários à sua implementação, ficando reunidas as condições para a sua concretização no 2º semestre de 2026, no âmbito do Programa de Privatizações (PROPRIV).

A admissão da Unitel à negociação na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) assume particular relevância por se tratar da primeira empresa do sector não financeiro a aceder ao mercado accionista angolano, representando um marco histórico na evolução do mercado de capitais nacional. Até então, as emissões de acções admitidas à negociação encontravam-se concentradas em instituições do sector financeiro, pelo que esta operação constitui um importante passo para a diversificação dos sectores representados em bolsa e para o aprofundamento do mercado accionista.

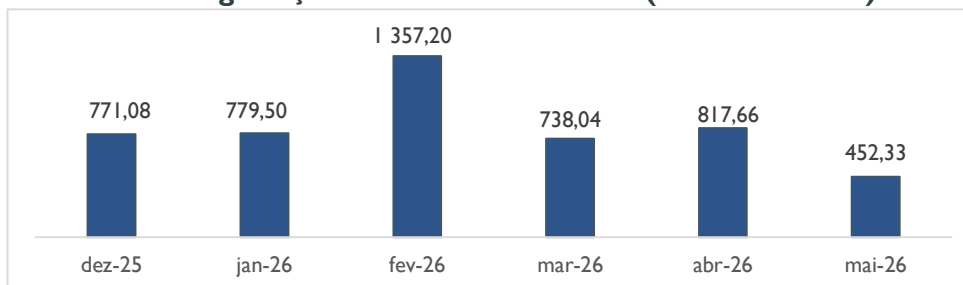
Espera-se que a concretização da OPV contribua para o alargamento da base de investidores, o reforço da liquidez e da capitalização do mercado, o aumento do *free float* das empresas cotadas e a promoção de uma maior cultura de investimento entre investidores institucionais e particulares. Adicionalmente, esta operação poderá servir de referência para futuras privatizações e admissões à bolsa de empresas de outros sectores de actividade, reforçando o papel do mercado de capitais como instrumento de financiamento da economia e de mobilização da poupança nacional.

BODIVA

Ao longo dos primeiros cinco meses de 2026, a actividade do mercado secundário da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) apresentou uma evolução irregular, evidenciando oscilações significativas nos volumes de negociação. O maior volume mensal foi registado em Fevereiro, quando foram transaccionados títulos no montante de 1 357,20 mil milhões de kwanzas, representando o ponto mais elevado de actividade no período em análise.

Contudo, nos meses subsequentes verificou-se uma desaceleração da actividade transaccional, culminando em Maio, quando o volume de títulos negociados diminuiu para 452,33 mil milhões de kwanzas, o que representa uma redução de 44,7% face ao mês anterior. Este comportamento reflecte uma diminuição da liquidez do mercado relativamente aos níveis observados no início do ano, embora o mercado secundário continue a desempenhar um papel fundamental na promoção da liquidez dos valores mobiliários admitidos à negociação, na formação eficiente de preços e no reforço da confiança dos investidores, contribuindo para o desenvolvimento e aprofundamento do mercado de capitais angolano.

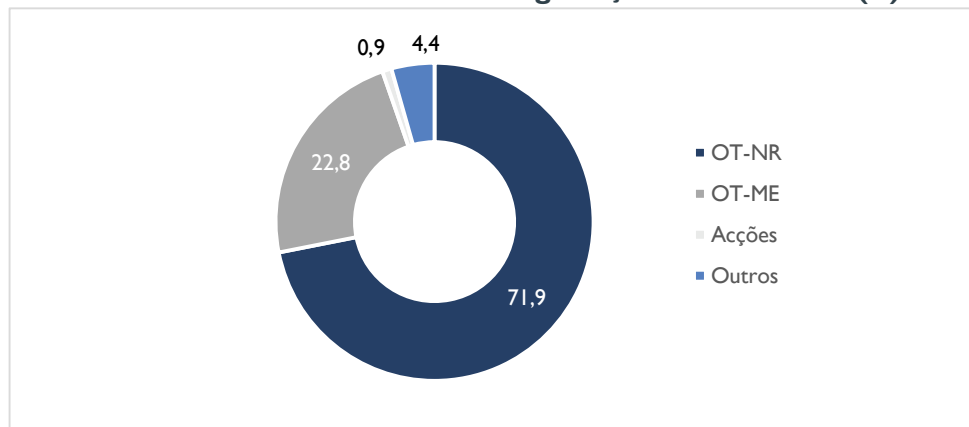
Volume de Negociações Mensal na BODIVA (Kz mil milhões)



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Maio de 2026, CMC

Em Maio de 2026, o mercado de capitais foi dominado pelas Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis (OT-NR), que concentraram 71,9% do volume total de valores mobiliários transaccionados, correspondendo a 325,16 mil milhões de kwanzas. Este desempenho evidencia a clara predominância deste instrumento nas transacções realizadas durante o período.

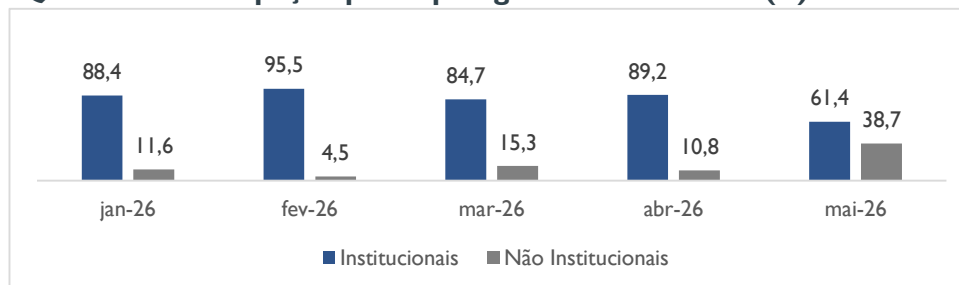
Peso dos Valores Mobiliários nas Negociações na BODIVA (%)



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Maio de 2026, CMC

No que se refere à participação dos investidores na BODIVA em Maio de 2026, 61,4% das transacções de instrumentos financeiros foram efectuadas por investidores institucionais, enquanto os restantes 38,7% corresponderam a investidores não institucionais. Este resultado reflecte um aumento significativo do peso dos investidores não institucionais face ao mês anterior, com um crescimento de 27,8 pontos percentuais na sua participação.

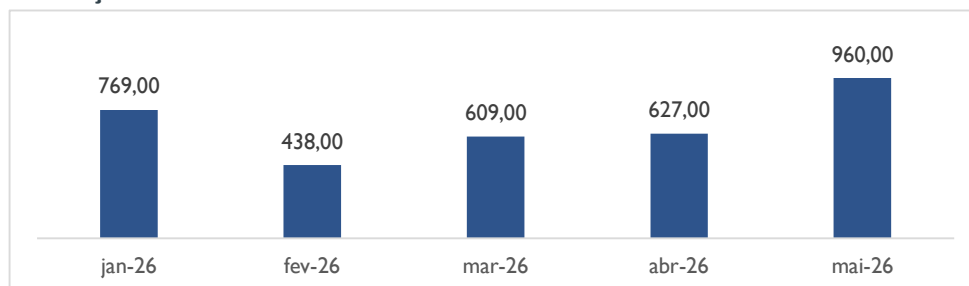
Quota de Participação por Tipologia de Investidores (%)



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Maio de 2026, CMC

Em Maio de 2026, a CEVAMA registou a abertura de 960 novas contas, traduzindo um aumento de 53,1% face a Abril e de 80,1% face ao mesmo período do ano anterior, evidenciando uma tendência de alargamento acelerado da base de investidores no mercado de capitais angolano.

Evolução Mensal de Aberturas de Contas CEVAMA

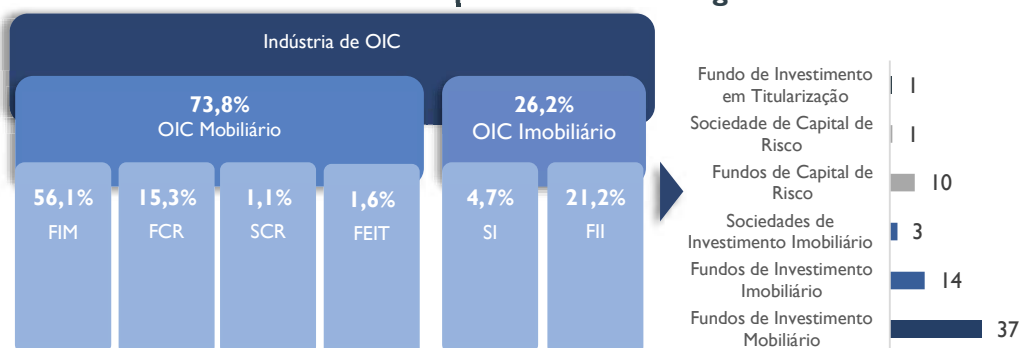


Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Maio 2026, CMC

Organismo de Investimento Colectivo

Em Maio de 2026, o total de Organismos de Investimento Colectivo (OIC) registados na Comissão do Mercado de Capitais foi de 66 OIC, dos quais 37 Fundos de Investimento Mobiliário (FIM), 14 Fundos de Investimento Imobiliário (FII), 10 Fundos de Capital de Risco (FCR), 3 Sociedades de Investimento Imobiliário (SII), 1 Sociedade de Capital de Risco (SCR) e 1 Fundo Especial de Investimento em Titularização (FEIT). Em termos de peso relativo na quantidade total de OIC registados, os OIC Mobiliários representam a maior parcela, correspondendo a 56,1% do número total de organismos, seguidos pelos OIC Imobiliários, com 26,2%, pelos OIC de Capital de Risco, com 16,3%, e pelo FEIT, com 1,5%.

Dimensão do Mercado de OIC por nº Veículos Registados

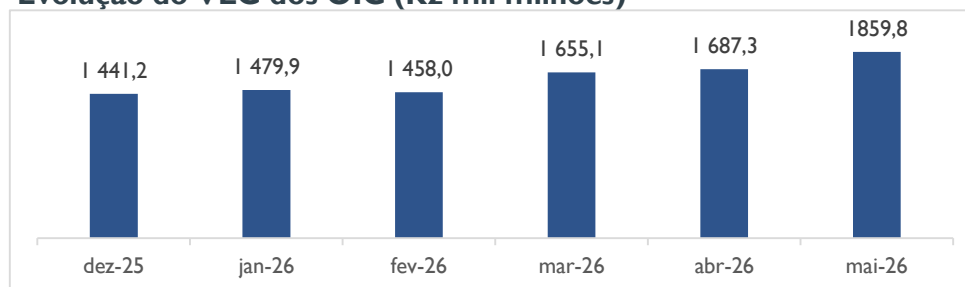


Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Maio de 2026, CMC

O Valor Líquido Global (VLG) da indústria de Organismos de Investimento Colectivo registou uma trajectória globalmente ascendente entre Dezembro de 2025 e Maio de 2026, passando de 1 441,23 mil milhões de kwanzas para 1 859,78 mil milhões de kwanzas, o que representa um crescimento de 29,0% no período.

Em Maio, o Valor Líquido Global (VLG) registou um crescimento de 10,2% face ao mês anterior e de 54,2% em relação ao período homólogo. Esta evolução foi impulsionada, sobretudo, pelo expressivo aumento do VLG dos Fundos de Investimento Mobiliário (FIM), que registaram um crescimento de 42,1%.

Evolução do VLG dos OIC (Kz mil milhões)

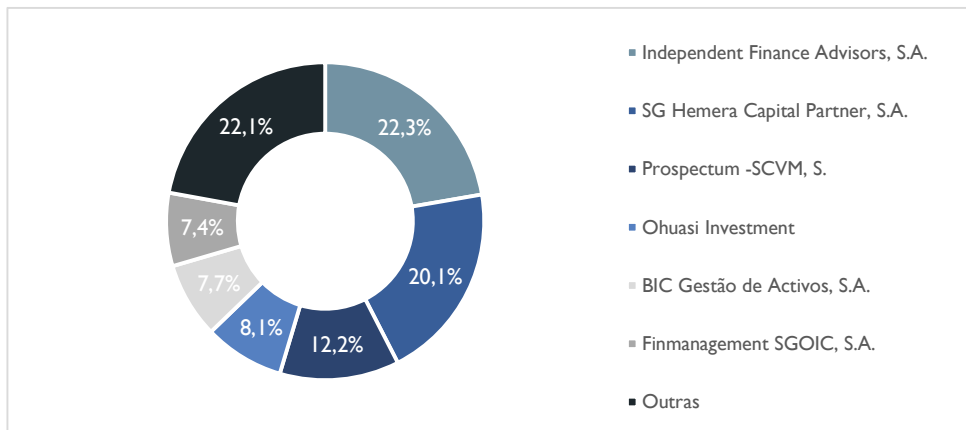


Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Maio de 2026, CMC

No que diz respeito à quota de mercado das principais Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Colectivo por activo sob gestão, esta é liderada

pela Independent Finance Advisors com 22,3%, seguida pela SG Hemera Capital Partners com 20,1%, pela Prospectum - SCVM com 12,2%, pela Ohuasi Investment com 8,1%, pela BIC Gestão de Activos com 7,7%, sendo as restantes entidades responsáveis pelos remanescentes 29,6%.

Quota de mercado das SGOIC por Activos sob Gestão



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Maio de 2026, CMC

IV. O Mercado Imobiliário



A evolução recente dos principais indicadores macroeconómicos aponta para um enquadramento progressivamente mais previsível. A estabilização cambial, a desaceleração da inflação, a manutenção do crescimento moderado do PIB, aliadas à continuidade do investimento público e privado em infraestruturas estratégicas, contribuem para reforçar os níveis de confiança dos agentes económicos, criando condições mais favoráveis à actividade empresarial e ao investimento imobiliário.

Neste contexto, o mercado imobiliário tem registado uma melhoria gradual da sua dinâmica. Segundo o relatório de mercado imobiliário de 2026 da ABACUS, no segmento de escritórios, a absorção atingiu níveis não observados há vários anos, contribuindo para uma redução progressiva da disponibilidade em localizações mais consolidadas como o centro de Luanda e Talatona, para cerca de 10%. No mercado residencial, a procura manteve-se sustentada, traduzindo-se numa valorização das rendas, particularmente nos activos de maior qualidade e em localizações mais procuradas. A evolução positiva dos valores de renda tem contribuído para uma melhoria gradual das yields dos activos residenciais.

As perspectivas de médio prazo permanecem suportadas por factores estruturais que continuam a influenciar positivamente a actividade imobiliária. A evolução gradual da estrutura económica do país tem vindo a contribuir para alargar a base de procura para além do universo do *Oil & Gas*, como evidencia a entrada de operadores ligados ao sector mineiro no mercado de escritórios. Em paralelo, é esperado que projectos como o Corredor do Lobito, o novo Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto e o futuro Porto de águas profundas na Barra do Dande possam gerar procura real e localizada de armazenagem e logística, ajudando a ancorar projectos de capital estrangeiro como o DIP Angola. Do lado do financiamento, a evolução gradual do mercado de capitais tende a contribuir para diversificar as fontes de financiamento disponíveis para o sector imobiliário, através do desenvolvimento de novos veículos de investimento e instrumentos financeiros.

Em conjunto, estes factores reforçam gradualmente os fundamentos do mercado imobiliário angolano, criando oportunidades de investimento e desenvolvimento nos próximos anos.

Principais Segmentos do Mercado Imobiliário



Escritório

O segmento de escritórios apresentou uma recuperação relevante, registando níveis de absorção não observados nos últimos anos, tendo experimentado uma redução significativa da disponibilidade no centro de Luanda e Talatona.

O reforço da estabilidade macroeconómica, a maior dinâmica dos sectores não petrolíferos e o desenvolvimento de infraestruturas estratégicas contribuíram para melhorar a confiança dos agentes económicos e apoiar a procura por espaços corporativos de maior qualidade.



- Forte investimento em infraestruturas;
- Procura crescente por edifícios modernos e bem geridos;
- Aumento da actividade do sector mineiro.



- A volatilidade dos mercados internacionais;
- Baixo nível do crédito à economia.



Habitação

O segmento residencial registou uma melhoria gradual da sua dinâmica, com uma evolução favorável da procura, tanto no arrendamento como na aquisição de produtos em localizações estratégicas, este último suportado por um aumento da disponibilidade de financiamento no mercado. A estabilização do enquadramento económico e a reduzida entrada de novos projectos contribuíram para uma valorização dos valores de arrendamento.

A médio prazo, o desenvolvimento de novas centralidades urbanas, a melhoria das acessibilidades e a entrada de grandes projectos residenciais deverão continuar a sustentar a procura por habitação e a atractividade do mercado residencial.



- Crescimento demográfico;
- Melhoria da oferta de financiamento;
- Crescente procura empresarial por soluções de habitação destinada aos colaboradores.



- Baixo nível do rendimento e poupança das famílias;
- Baixa oferta de produto dirigido para a classe média.

Principais Segmentos do Mercado Imobiliário



Comércio

O segmento comercial continuou a demonstrar resiliência, apesar dos desafios económicos que têm caracterizado o mercado nos últimos anos. A gradual estabilização da economia, a expansão urbana de Luanda e a crescente formalização do sector da distribuição têm contribuído para sustentar a procura por espaços comerciais modernos. Paralelamente, a entrada de novos projectos comerciais e o elevado nível de ocupação dos principais centros comerciais reforçam as perspectivas de crescimento gradual deste segmento nos próximos anos.



- Retoma de crescimento do PIB;
- Expansão das maiores cadeias de retalho;
- Crescente formalização do sector da distribuição;
- Elevada ocupação dos principais centros comerciais.



- Redução do poder de compra;
- Elevado custo do financiamento para novos investimentos;
- Concentração geográfica do mercado de retalho moderno.



Indústria e Logística

O segmento logístico e industrial apresenta uma das perspectivas mais favoráveis do mercado imobiliário angolano, beneficiando do investimento contínuo em infraestruturas estratégicas, incluindo o Corredor do Lobito, o Novo Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto, a expansão da ZEE de Luanda-Bengo e o desenvolvimento do Dubai Investment Park Angola.

Estes investimentos reforçam gradualmente a atractividade do país enquanto plataforma logística regional e deverão impulsionar a procura por activos modernos na sua envolvente nos próximos anos.



- Consolidação do Corredor do Lobito como eixo logístico regional;
- Activação do Novo Aeroporto de Luanda e desenvolvimento dum potencial cluster económico associado.



- Baixo nível de actividade industrial;
- As altas taxas de juro de crédito praticadas na economia;
- Dependência do nível de crescimento económico e diversificação da economia.

V. Actividade Iº Semestre 2026

O primeiro semestre de 2026 decorreu num contexto internacional marcado pela persistência de elevados níveis de incerteza geopolítica e económica. A continuidade do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como o agravamento das tensões no Médio Oriente, continuaram a afectar o comércio internacional, as cadeias globais de abastecimento e os mercados de energia, contribuindo para a volatilidade dos preços das matérias-primas e para um ambiente de maior prudência por parte dos investidores. Apesar de se observar uma tendência de moderação da inflação em várias economias, o contexto global permaneceu condicionado por riscos geopolíticos significativos, com impacto nas perspectivas de crescimento económico mundial e na estabilidade dos mercados financeiros.

Neste enquadramento, a economia angolana continuou a enfrentar desafios relevantes, marcado pela desaceleração da actividade petrolífera e à continuidade do processo de ajustamento macroeconómico. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento económico deverá situar-se em torno de 2,3% em 2026, suportado essencialmente pelo dinamismo dos sectores não petrolíferos, enquanto a produção petrolífera continua a registar constrangimentos estruturais. Paralelamente, a inflação prosseguiu uma trajectória de desaceleração face aos níveis registados nos últimos anos, beneficiando dos efeitos da política monetária restritiva implementada pelo Banco Nacional de Angola e de uma maior estabilidade cambial.

No mercado dos Organismos de Investimento Colectivo (OIC), continuou a observar-se uma evolução gradual dos activos sob gestão, suportada pelo aprofundamento do mercado de capitais, pelo desenvolvimento do segmento imobiliário e pelo crescente interesse dos investidores em instrumentos financeiros alternativos. Paralelamente, o sector permaneceu atento à evolução do enquadramento regulatório, designadamente às iniciativas relacionadas com a adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e à revisão de diversos instrumentos regulamentares, que deverão contribuir para o reforço da transparência, comparabilidade da informação financeira e desenvolvimento sustentado do mercado.

Neste enquadramento, a SGHCP registou, no primeiro semestre de 2026, um Activo Líquido de Kz 2,4 mil milhões, Proveitos de Kz 1,7 mil milhões e um Resultado Operacional de Kz 298 milhões, evidenciando um desempenho alinhado com os objectivos definidos para o período e demonstrando a resiliência da Sociedade perante um contexto económico e regulatório exigente.

Ao longo do semestre, mantivemos o foco no desenvolvimento das nossas Pessoas, através do reforço dos programas de formação técnica e de liderança, bem como de iniciativas destinadas à promoção do bem-estar e da saúde

organizacional. Estas acções contribuíram para a consolidação de uma cultura de elevado desempenho, colaboração, aprendizagem contínua, reforçando a capacidade de adaptação da Organização aos desafios do sector.

No domínio operacional, demos continuidade à optimização de processos críticos e ao reforço dos mecanismos de monitorização e controlo de gestão, promovendo ganhos de eficiência, maior qualidade da informação de suporte à decisão e uma resposta mais célere às necessidades dos clientes e às exigências regulatórias.

Ao nível do controlo interno e gestão de risco, foi dada continuidade ao processo de revisão da matriz de riscos, ao fortalecimento dos controlos implementados e à actualização de políticas e normativos internos, contribuindo para o reforço da governação, da conformidade regulamentar e da capacidade de prevenção, detecção e mitigação dos riscos inerentes à actividade.

Na vertente tecnológica, continuámos a aprofundar a utilização das capacidades do novo sistema core de gestão, promovendo a automatização de processos operacionais e de reporte, bem como o desenvolvimento de soluções suportadas em inteligência artificial para reforço da eficiência, qualidade e escalabilidade das operações.

Em matéria de sustentabilidade, mantivemos o compromisso com os princípios de sustentabilidade e investimento responsável, prossequindo as iniciativas alinhadas com o United Nations Global Compact (UNGC) e os Principles for Responsible Investment (PRI). Durante o semestre, continuaram a ser desenvolvidas acções de consolidação da estratégia de sustentabilidade, reforçando a integração destes princípios na gestão da Sociedade e na criação de valor sustentável para os seus stakeholders.

Mário Amaral

Presidente do Conselho de
Administração

Valdir Costa

Vogal do Conselho de
Administração

VI. OIC's sob Gestão

A SG Hemera Capital Partners, S.A. tem sob sua gestão 1 OIC imobiliário e 2 OICs mobiliários, sendo 1 fundo de capital de risco, totalizando mais de Kz 399 mil milhões em activos sob gestão.



Liquidez Prime Fund

- Fundo de Investimento Mobiliário Aberto;
- Fundo de subscrição pública;
- AuM > AOA 18 mil milhões.



Pactual Property Fund

- Fundo de Investimento Imobiliário Fechado;
- Fundo de subscrição particular;
- AuM > AOA 378 mil milhões.



Dual Impact Fund

- Fundo de Investimento de Capital de Risco Fechado;
- Fundo de subscrição particular;
- AuM > AOA 3 mil milhões.

Liquidez Prime Fund

Política de Investimento

Liquidez Prime Fund Política de Investimento

O património do Fundo será composto, em permanência, por 85% do seu Valor Líquido Global (VLG) investido em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários locais com prazo de vencimento inferior a 12 meses, nomeadamente, bilhetes do tesouro, títulos do banco central, depósitos bancários, certificados de depósito, papel comercial e outros activos representativos de dívida.

O Fundo de investimento é caracterizado como sendo de baixo risco, na medida em que não pode investir em acções ou *commodities*, obrigações subordinadas, obrigações convertíveis ou obrigações que confirmam o direito de subscrição de acções ou de aquisição a outro título de acções, títulos de participação, ou unidades de participação de fundos cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos activos atrás referidos.

O Fundo pode contrair empréstimos, previamente autorizados pela CMC, com duração máxima de 120 dias, seguidos ou interpolados, num período de 1 ano e até ao limite de 10% do seu VLG.

Liquidez Prime Fund

Actividade do Fundo

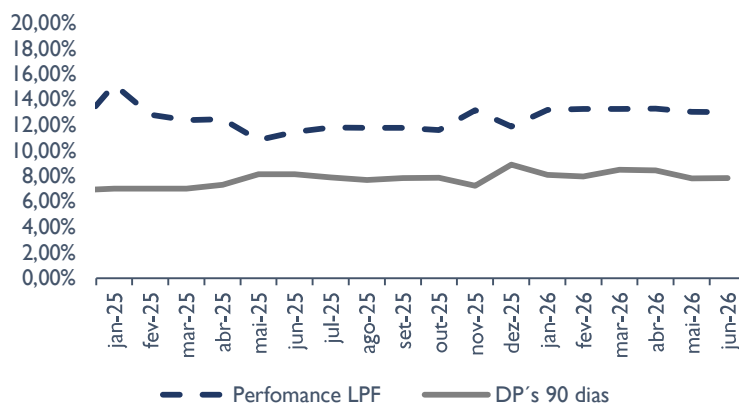
Ao longo do primeiro semestre de 2026, o Liquidez Prime Fund prosseguiu com uma gestão comercial ativa e focada, cujo objetivo permanente é o alargamento da base de investidores, a crescente valorização do património sob gestão e a prossecução de rentabilidades atrativas. Esta orientação, executada em rigorosa conformidade com a política de investimento do Fundo, consolida a estratégia bem-sucedida adoptada desde a sua constituição, em 2016, e constitui o alicerce para o seu crescimento futuro.

Em resposta à conjuntura económica, a equipa de gestão do fundo optou por um reforço significativo da alocação a obrigações, tanto de emissão pública como privada. Este movimento visou primordialmente a proteção do capital do fundo contra a inflação, complementando de forma robusta a exposição tradicional a instrumentos do mercado monetário e títulos de curto prazo. Paralelamente, o Fundo adotou de forma ativa a estratégia de operações compromissadas (repo), capitalizando as condições favoráveis do mercado.

No decurso do primeiro semestre de 2026, o Liquidez Prime Fund manteve uma gestão prudente do risco de taxa de juro, reflectida numa modified duration de 0,83 anos. Este indicador evidencia uma exposição moderada às oscilações das taxas de juro, permitindo ao Fundo preservar um equilíbrio entre a procura de rentabilidade e a mitigação do risco de mercado. Uma duration relativamente reduzida traduz-se numa menor sensibilidade do valor da carteira a variações nas taxas de juro, característica alinhada com a estratégia de investimento e com o perfil de liquidez do Fundo.

A performance do Fundo ao longo do primeiro semestre de 2026 apresentou a seguinte tendência:

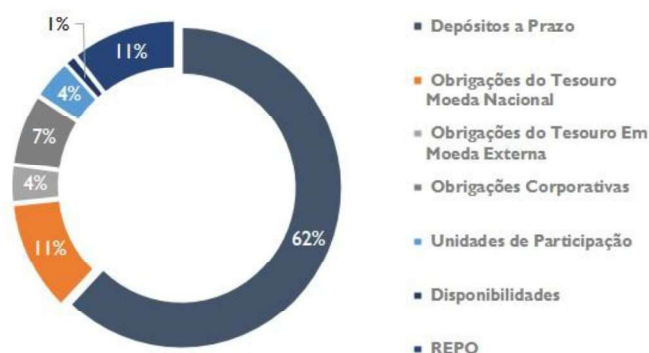
Rentabilidade mensal anualizada do Liquidez Prime Fund



Fonte: Análise Hemera Capital Partners

O Fundo atingiu o seu pico de rentabilidade em abril de 2026 (13,27%), estabilizando posteriormente em patamares robustos de 13,02% e 12,99% em Maio e Junho, desempenho impulsionado pela renegociação de Depósitos a Prazo, pelo comportamento das obrigações em carteira e pelas yields atractivas obtidas nas operações de repo. A rentabilidade final refletiu, contudo, um equilíbrio deliberado, moderada pela proteção cambial da carteira, que conferiu um perfil mais conservador face às taxas puramente domésticas. Com estas alocações, o Fundo ampliou o seu leque de diversificação, consolidando a solidez e a resiliência da carteira de activos sob gestão.

Composição da Carteira do Fundo em 30 de Junho de 2026

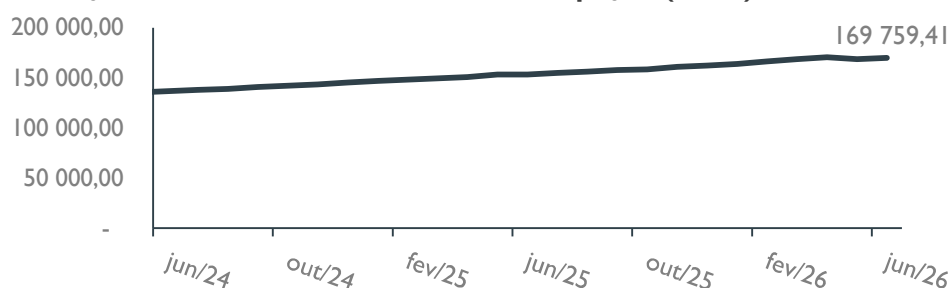


Fonte: Análise Hemera Capital Partners

O balanço do Liquidez Prime Fund, a 30 de junho de 2026, evidenciava um total de Kz 18 332 148 469,05 em activos e fundos próprios no montante de Kz 18 332 148 469,05, incluindo um resultado líquido de Kz 1 024 726 187,14, resultante dos juros e valias obtidos nas aplicações realizadas em produtos de elevada liquidez.

O Fundo encerrou o primeiro semestre de 2026 com um total de 107 989 unidades de participação subscritas por investidores, correspondendo a um valor unitário de Kz 169 759,41.

Evolução do valor das Unidades de Participação (AOA)



Fonte: Análise Hemera Capital Partners



Fonte: Análise Hemera Capital Partners

Perspectivas para o 2º Semestre de 2026

Estratégia do Fundo

A HCP dará continuidade à aplicação estratégica da liquidez, com foco nos instrumentos do mercado, dando particular atenção ao mercado de REPOs para responder à necessidade permanente de liquidez e aproveitar as suas taxas atractivas, enquanto, em alinhamento com a estratégia do ano transato, protege o valor da carteira através da alocação em produtos expostos a moeda forte, acompanhando de perto a conjuntura do país.

Elevar a comercialização das UPs

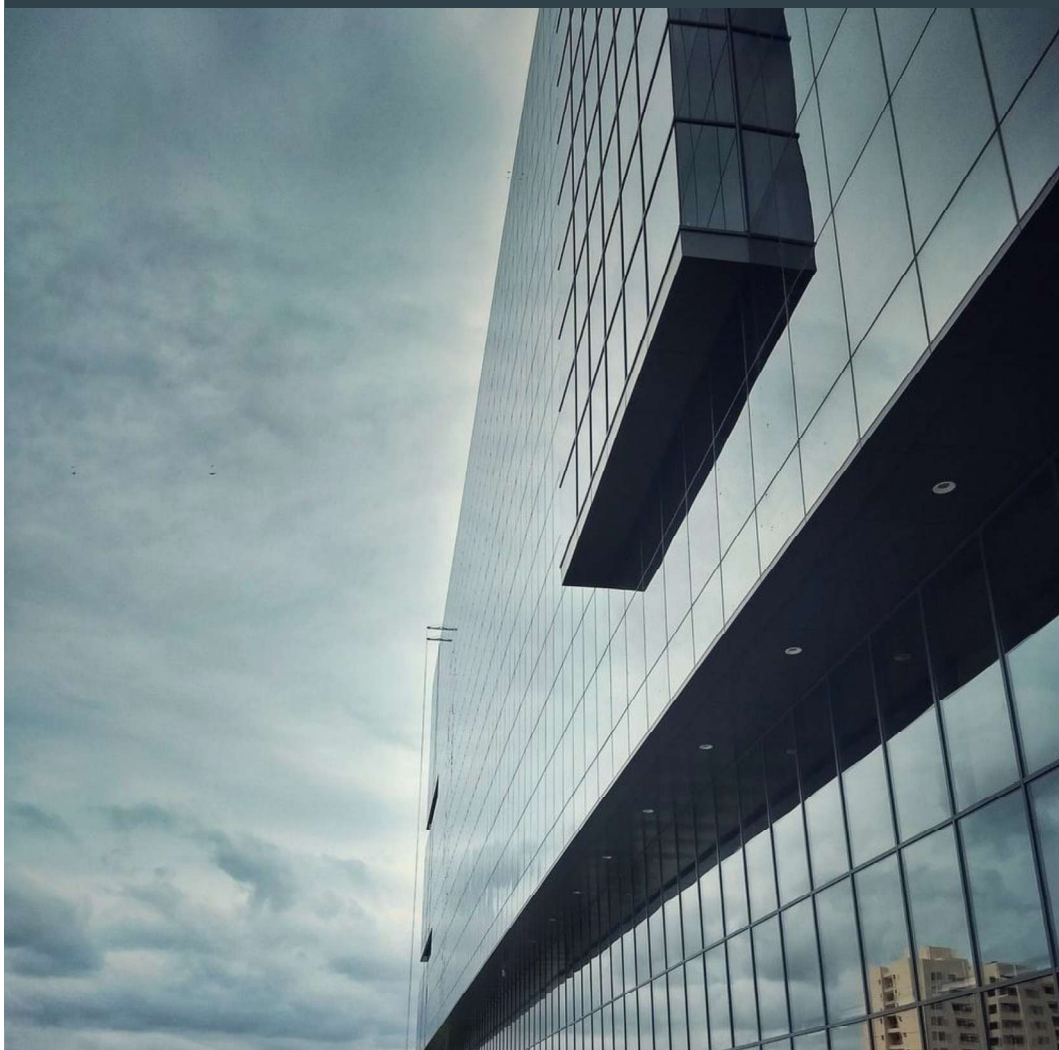
Em continuidade, a HCP irá promover o alargamento da base de subscritores do Fundo através de novas parcerias com entidades correctoras, distribuidoras e via plataformas de home broker, bem como através da BODIVA. Esta estratégia, ao aumentar a dimensão do Fundo, reforçará decisivamente o nosso poder negocial para a obtenção das melhores condições de rentabilidade nos mercados. Paralelamente, estamos a concluir a fase final de atualização dos documentos constitutivos, assegurando que toda a estrutura está robusta e alinhada com este objetivo de crescimento.

Pactual Property Fund

Enquadramento

Organismo de Investimento Colectivo

O Pactual Property Fund – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (“Pactual Property Fund”), constitui-se como um Fundo de Investimento Imobiliário, de subscrição particular, gerido pela SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A, (“HCP”) constituído a 6 de Junho de 2016, e com duração de 5 anos, que foi prorrogado por período idêntico.



Pactual Property Fund

Política de Investimento

POLÍTICA DE INVESTIMENTO



Construção e desenvolvimento de projectos imobiliários



Imóveis ou fracções destinadas a retalho/comércio ou escritórios



Imóveis ou fracções destinadas a armazéns ou indústria

A política de investimento do Pactual Property Fund orienta-se por princípios de segurança, rigor, rentabilidade, liquidez e diversificação de risco, segundo os critérios e perspectivas da Sociedade Gestora, em ordem a alcançar, numa perspectiva de longo prazo, uma valorização satisfatória do capital e uma remuneração das aplicações, através da constituição e gestão profissional de uma carteira de valores constituída por activos imobiliários.

Os investimentos imobiliários do Fundo são efectuados de acordo com os critérios definidos pela Sociedade Gestora e sempre dentro dos limites impostos pela legislação em vigor.

O Pactual Property Fund dirigirá preferencialmente o seu investimento para a aquisição de activos imobiliários, sendo efectuados preferencialmente nas seguintes áreas: aquisição de imóveis ou fracções destinadas a retalho/comércio, escritórios, armazéns ou indústria. Adicionalmente, poderão ser incluídos a construção e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, respectiva promoção e colocação no mercado. O Fundo irá promover o arrendamento dos imóveis em carteira, sempre que tal seja o seu fim, com vista a permitir o bom aproveitamento das condições de mercado.

Tendo o Fundo como objectivo a aquisição de activos imobiliários, pode a Sociedade Gestora alienar activos imobiliários do Pactual Property Fund de forma a garantir o melhor interesse dos participantes do Fundo, numa óptica de geração de liquidez e/ou mais-valias.

A título acessório pode investir a sua liquidez em:

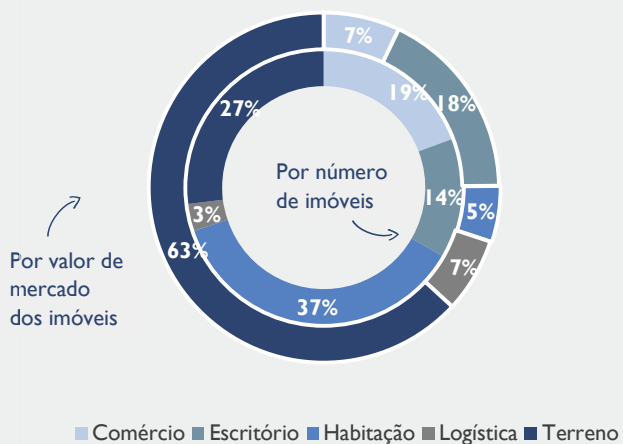
Depósitos Bancários
e.g. Depósitos a Prazo

Unidades de Participação em fundos de tesouraria

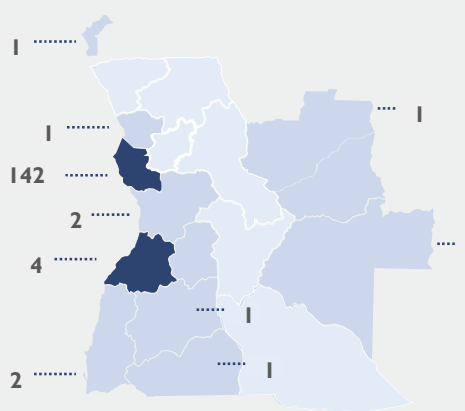
Valores Mobiliários emitidos ou garantidos pelo Estado Angolano

O Pactual Property Fund é composto por uma carteira com mais de 156 imóveis, avaliada em aproximadamente Kz 361 mil milhões, agregando segmentos variados, incluindo, espaços comerciais, habitações (moradas e apartamentos), escritórios, armazéns/estaleiros e terrenos para desenvolvimento.

Imóveis por segmento



Imóveis por província



Fonte: Análise Hemera Capital Partners

Pactual Property Fund

III. Actividade do Fundo

Aquisição de Imóveis

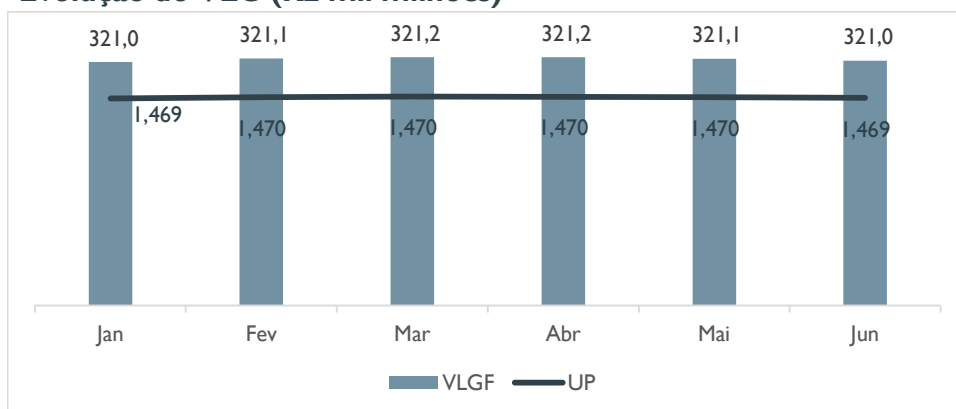
No primeiro semestre de 2026, o Fundo adquiriu dois novos activos imobiliários do segmento comercial, localizados no município de Talatona, num investimento total de Kz 433,3 milhões. Os activos encontram-se inseridos na Cidade Financeira, um condomínio de referência que se distingue pela elevada qualidade das suas infraestruturas, pela crescente taxa de ocupação e pela presença de empresas de relevo dos setores financeiro, petrolífero, do gás e mineiro.

Evolução do Valor do Fundo em 2026

No que diz respeito à evolução do Valor Líquido Global (VLG) do Fundo e Valor da Unidade de Participação (UP) é importante referir:

- Durante o 1º semestre o valor da UP do Fundo evoluiu para um valor unitário de cerca de Kz 1 469,1 mil e o seu VLG apresentou uma trajectória estável, rondando os Kz 321 mil milhões, resultando num ligeiro aumento que rondou os 0,02%.

Evolução do VLG (Kz mil milhões)



Avaliações e Reavaliações

Durante o 1º semestre, foram realizados 255 processos de avaliação imobiliária, realizados por 3 peritos avaliadores independentes para cada imóvel, abrangendo activos de diferentes segmentos, nomeadamente habitação, escritórios, terrenos e comércio, tendo gerado mais-valias potenciais na ordem dos Kz 208 milhões.

Comercialização

De Janeiro a Junho de 2026, o Fundo registou cerca de 129 manifestações de interesse por parte de potenciais clientes interessados na compra e/ou arrendamento de imóveis em carteira. Ocorreram 82 visitas presenciais, firmados 4 processos de arrendamento, e 8 vendas concluídas de imóveis dos segmentos comercial, terrenos e habitação. As vendas efectuadas geraram um volume de negócios na ordem dos Kz 4,15 milhões.

Plataforma Digital Real Estate

A plataforma digital do Fundo, lançada em 2021, foi estruturada para disponibilizar conteúdos de forma faseada, conforme as diferentes localizações dos imóveis em carteira. Encontra-se concluída a fase 2 e parte da fase 3 do projecto, abrangendo activos em 11 províncias. Durante o presente ano, está prevista a publicação de 30 novos activos da carteira do Fundo.

A atualização e manutenção da plataforma decorrem de forma contínua, acompanhando a expansão da carteira e as necessidades operacionais, garantindo a qualidade e consistência da informação disponibilizada.

A qualidade deste projecto foi reconhecida em 2022 com o prémio de Transformação Digital em *Corporate Innovation* na 3.ª edição do *Angola Innovation Summit*, reforçando a sua relevância no mercado angolano e na CPLP.

O Fundo mantém ainda, há seis anos consecutivos, a distinção de “Best Real Estate Fund in Angola” atribuída pela *Global Banking & Finance Review*, evidenciando o seu posicionamento destacado no setor.

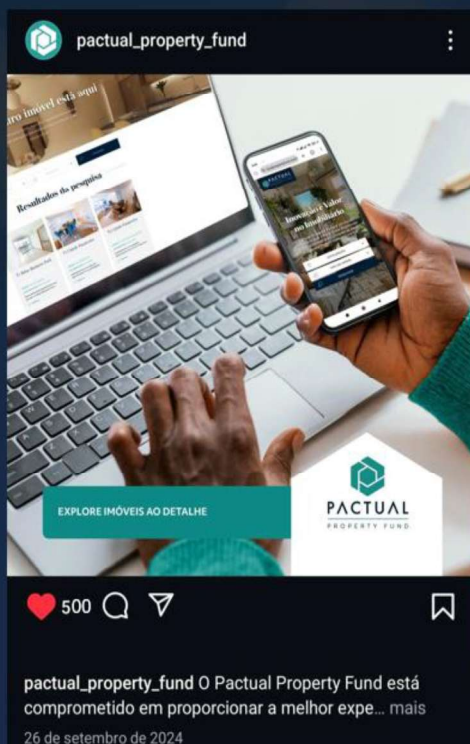
TOUR VIRTUAIS 3D



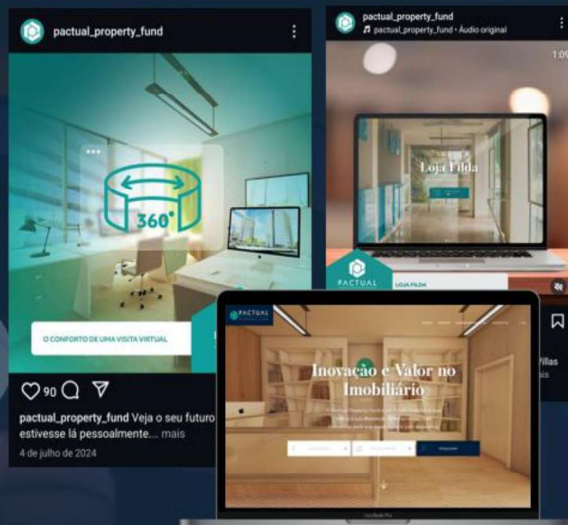
PROJECTOS DE DESIGN 3D



VÍDEOS PROMOCIONAIS



REDES SOCIAIS



PREMIAÇÕES



Pactual Property Fund

Perspectivas para o 2º Semestre 2026



Desenvolvimento de Terrenos em carteira

Encontra-se em curso um conjunto de acções que garantem a evolução do processo de desenvolvimento de Terrenos em carteira, incluindo o licenciamento de projectos actualmente em curso, e a continua formalização de parcerias com entidades Construtoras, Mediadoras e Promotoras para terrenos orientados para o desenvolvimento de projectos habitacionais ou de Logística.

Inovação

Dada a dimensão da carteira Fundo e a sua complexidade, encontra-se com 97% de conclusão, o desenvolvimento de uma ferramenta com recurso a Inteligência Artificial, que permitirá automatizar e agilizar o processo de recolha e registo de dados nos processos de avaliação imobiliária. Em curso a fase final de testes e ajustamentos, estando prevista a sua conclusão para Novembro de 2026. Adicionalmente, está prevista a implementação de um software de CRM, destinado a centralizar e estruturar a gestão de contactos e oportunidades, reforçando a eficiência e fiabilidade da informação comercial.

Iniciativas de Sustentabilidade e Impacto

Com o intuito de aproximar as operações do Fundo aos princípios da sustentabilidade e do impacto social e de governance, foi actualizada a Política de Investimento do Fundo de forma a considerar critérios de exclusão e de restrição na selecção de investimentos. Adicionalmente, encontram-se em desenvolvimento iniciativas destinadas a promover uma maior eficiência de consumos nos imóveis do Fundo, e a reforçar a sensibilização dos seus clientes para as temáticas ESG, já tendo sido implementadas outras medidas orientadas para a avaliação e melhoria dos níveis de satisfação dos clientes.

Dual Impact Fund

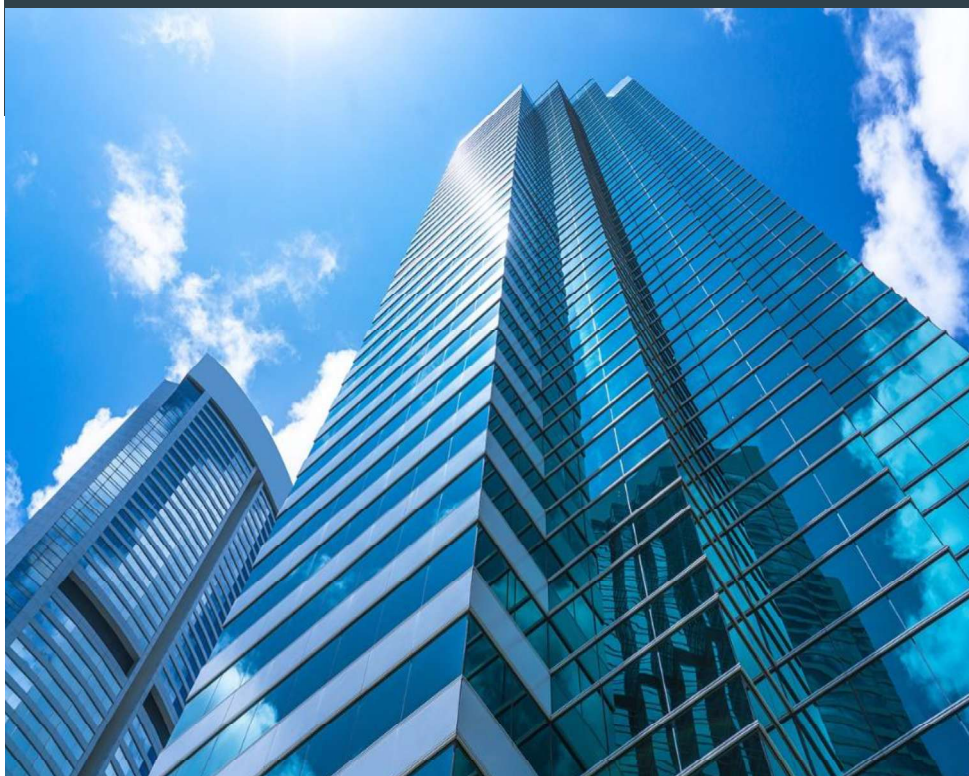
Enquadramento

Organismo de Investimento Colectivo

O Dual Impact Fund (“DIF” ou “Fundo”), Fundo de Investimento em Capital de Risco Fechado, foi registado a 05 de Agosto de 2021. O Fundo é gerido pela SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A..

O Dual Impact Fund investirá principalmente em sociedades recém-criadas, em desenvolvimento e com elevado potencial em sectores de actividade relevantes ao nível do seu crescimento e de impacto social. As empresas ou projectos alvo deverão ter o potencial de serem negócios sustentáveis, com base em critérios ESG, e poder beneficiar de inovação como forma de crescimento.

A estratégia de investimento poderá variar entre investimento em sociedades em fase inicial, investimentos em sociedades numa estratégia de “buy-and-build” e sociedades em expansão.



Dual Impact Fund

Política de Investimento

As sociedades em que o Fundo investirá serão sociedades sediadas em Angola, salvo decisão em contrário devidamente fundamentada pela Entidade Gestora.

O Fundo poderá (i) investir em instrumentos de capital próprio, valores mobiliários ou direitos convertíveis, permutáveis ou que confirmem o direito à sua aquisição, bem como em instrumentos de capital alheio; (ii) prestar garantias em benefício das sociedades em que participe, em resultado do investimento realizado nos instrumentos referidos; (iii) aplicar eventuais excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros; (iv) realizar operações financeiras que se revelem necessárias ao desenvolvimento da sua actividade; e (v) adquirir unidades de participação de fundos de investimento de capital de risco.

O Fundo é agnóstico em termos sectoriais, mas existem sectores preferenciais, nomeadamente:

- a) Habitação Acessível;
- b) Agricultura;
- c) Logística;
- d) Serviços Financeiros;
- e) Manufatura;
- f) Energia;
- g) Saúde e Educação.

Sendo um fundo de impacto que pretende contribuir positivamente para o desenvolvimento de uma Sociedade mais inclusiva, justa e sustentável, devendo para o efeito não investir directa ou indirectamente em empresas cuja actividade de negócio consista em:

- 1. Actividade económica ilegal, i.e. qualquer produção, comércio ou outra actividade, que seja ilegal de acordo com as leis de Angola e nas quais o fundo e as suas participadas operem, incluindo sem limitar, clonagem humana para fins reprodutivos;
- 2. Produção ou comércio de armas e munições;
- 3. Produção ou comércio de bebidas alcoólicas (excepto vinho e cerveja);
- 4. Produção ou comércio de tabaco;
- 5. Jogo, casinos, ou empresas equivalentes;

6. Comércio de espécies selvagens ou produtos de espécies selvagens regulamentados pela CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção);
7. Produção ou comércio de materiais radioactivos;
8. Produção, comércio ou uso de fibras de amianto;
9. Operações comerciais de exploração madeireira em florestas tropicais;
10. Produção ou comércio de produtos farmacêuticos proibidos ou em fase de retirada do mercado;
11. Produção ou comércio de pesticidas/herbicidas proibidos ou em fase de retirada do mercado;
12. Actividades de pesca que recorram a redes de pesca com mais de 2,5 km de comprimento;
13. Produção ou atividades que envolvam formas prejudiciais ou exploradoras de trabalho forçado / trabalho infantil prejudicial;
14. Produção ou comércio de madeira ou outros produtos florestais, exceto florestas manejadas de forma sustentável.

Dual Impact Fund

Actividade do Fundo

O 1º semestre de 2026 representou um período de incremento de potenciais projectos para a carteira do Fundo, caracterizado pela entrada de novas oportunidades de investimento e pela análise rigorosa dos projectos que compõem o pipeline actual da carteira de intenções do Fundo. Este semestre destacou-se pela análise e reforço dos mecanismos de acompanhamento e avaliação, fundamentais para a maximização do retorno e mitigação de riscos.

1. Entrada de Novas Oportunidades

O Fundo tem vindo a receber um conjunto diversificado de projectos, muitos dos quais com potencial de impacto económico, social e ambiental. Estas propostas podem vir a tornar-se oportunidades futuras. Porém, o Fundo tem dado preferência a projectos que apresentam modelos de negócio sólidos e bem estruturados, privilegiando propostas que demonstrem clareza estratégica, sustentabilidade financeira e potencial de crescimento a médio e longo prazo.

Dos vários projectos, uma empresa tecnológica nacional, sediada em Luanda, especializada na monitorização e gestão de frotas e activos através de telemetria e vídeo-telemática por GPS. O respectivo modelo de negócio assenta num regime de locação tecnológica sem investimento inicial relevante, comumente designado por Zero CAPEX, mediante o qual os dispositivos são disponibilizados aos clientes contra uma mensalidade, gerando receita recorrente por equipamento e conferindo previsibilidade de tesouraria. A solução dirige-se sobretudo a frotas agrícolas, cadeias de frio e transporte de mercadorias, propondo-se contribuir para a redução dos custos logísticos, o combate ao desvio de combustível e o aumento da eficiência dos meios de produção.

De igual modo, uma empresa no domínio das fintech, associada a uma solução de serviços financeiros automatizados orientada para alargar o acesso da população a meios de levantamento e movimentação de numerário, com particular na aproximação destes serviços às zonas menos cobertas pela rede bancária tradicional.

Não obstante a evolução registada no âmbito da análise de propostas, continua a ser um desafio encontrar projectos com rigor na sua estruturação e com potencial para escalar, uma vez que muitas candidaturas ainda carecem de maturidade na definição da proposta de valor, na consolidação de processos internos e na robustez dos mecanismos de gestão de risco. Este cenário torna essencial o trabalho de acompanhamento e capacitação desenvolvido pelo fundo, apoiando os promotores na criação de condições que lhes permitam atrair investidores institucionais e competir de forma eficaz por rondas de financiamento.

2. Avaliação e Acompanhamento da Pipeline de Projectos

Paralelamente à recepção de novas oportunidades, o Fundo continua a desenvolver o trabalho aprofundado de análise, acompanhamento e negociação do *pipeline* de outras iniciativas. Este esforço teve como objectivo reforçar a qualidade do fluxo de oportunidades e preparar uma base sólida para futuras decisões de investimento.

No entanto, têm sido revistas propostas de investimento ou projectos actualmente em avaliação, com uma análise minuciosa da robustez dos modelos de negócio, da capacidade de execução das equipas fundadoras e da viabilidade financeira a médio prazo. Este processo envolve não apenas a análise documental e financeira, mas também o entendimento sobre as estratégias de crescimento, os desafios operacionais e o potencial de mercado de cada proposta. Neste contexto, cumpre destacar que um dos projectos em análise se encontra já numa fase avançada, de análise da etapa de oferta não vinculativa, mas ainda com riscos por mitigar.

Com recurso a consultoria especializada, têm sido conduzidas avaliações do valor destas empresas por uma entidade independente, aplicando metodologias reconhecidas internacionalmente (fluxos de caixa descontados, múltiplos de mercado e análise comparativa sectorial).

3. Iniciativas de Sustentabilidade

Num outro âmbito, o Fundo desenvolveu um modelo de inquérito dirigido às *startups*, orientado para a avaliação do respectivo estado de maturidade em matéria ambiental, social e de governação (ESG) e para a promoção de estratégias de adopção destes critérios. O instrumento, foi concebido em alinhamento com referenciais internacionais amplamente reconhecidos.

4. Iniciativas de Suporte ao Ecossistema

No decurso do 1º trimestre de 2026, o Fundo participou activamente no programa promovido pela TotalEnergies, iniciativa concebida no âmbito das comemorações do seu centenário e estruturada para identificar, capacitar e acelerar empresas nacionais com potencial de crescimento. Neste quadro, a HCP, enquanto sociedade gestora do Fundo, desempenhou um papel primordial no apoio à auscultação e avaliação das propostas. Neste âmbito, foram analisadas 13 (treze) empresas seleccionadas no âmbito daquele programa, das quais onze se mantiveram activas ao longo do processo, tendo o Fundo procedido à apreciação das respectivas propostas de investimento, à realização de entrevistas junto dos promotores e à auscultação directa das sessões de apresentação e dos momentos de *pitch deck*. Este acompanhamento permitiu formar um juízo fundamentado sobre a maturidade, a consistência operacional e o potencial de mercado de cada iniciativa.

No final do processo de acompanhamento e avaliação, foi produzido um relatório para a TotalEnergies. Este identificou as necessidades e oportunidades de evolução

de cada empreendedor, apresentando recomendações e sugestões de acompanhamento e intervenções da própria empresa. O relatório teve como objectivo proporcionar uma visão clara sobre como poderá continuar a apoiar empreendedores.

Entre as iniciativas de destaque para o semestre, há que se realçar a presença da Sociedade gestora do Fundo na ANGOTIC, principal montra nacional das tecnologias de informação e comunicação, onde reforçou o contacto directo com promotores e com o ecossistema empreendedor, bem como a sua participação em eventos de apoio a *startups* promovidos em articulação com o Founder Institute. Estas acções permitiram alargar a rede de relacionamento institucional do Fundo, aproximá-lo de projectos em fase inicial com potencial de crescimento e consolidar a sua posição enquanto parceiro de referência no fomento do empreendedorismo de base tecnológica.

A participação neste programa não só reforça o papel do Fundo enquanto agente de desenvolvimento do mercado de capitais, mas também contribui directamente para o fortalecimento das capacidades empresariais das empresas emergentes, potenciando a criação de valor e o crescimento sustentável do sector privado. Através desta colaboração, promove-se uma preparação mais robusta dos futuros emitentes, garantindo maior qualidade nos processos de captação de recursos e maior confiança dos investidores no mercado nacional.

Dual Impact Fund

Perspectivas para o 2º Semestre de 2026

Para o 2º semestre de 2026, o Fundo mantém empenhado em consolidar os avanços alcançados em alguns projectos e acelerar a transição para uma fase de decisões estratégicas de investimento.

A Gestão do Fundo entende que decisões de investimento bem fundamentadas exigem não apenas rigor analítico, mas também uma relação próxima e colaborativa com os empreendedores/empresários e uma compreensão aprofundada dos riscos e oportunidades inerentes a cada iniciativa. Nesta fase de maturidade do mercado de capitais em Angola, onde o ecossistema de *startups* e PME's ainda se encontra em evolução, torna-se indispensável investir continuamente na capacitação dos promotores e no fortalecimento das estruturas empresariais.

O Fundo reconhece que a criação de valor sustentável exige que cada decisão de investimento seja avaliada não apenas pela rentabilidade projectada, mas também pela profundidade e durabilidade do impacto que gera nas comunidades e no ambiente.

Paralelamente, o Fundo intensificará a construção de um pipeline alinhado com a sua tese de duplo impacto, privilegiando sectores em que o retorno económico e o benefício sustentável que se reforçam mutuamente, tais como a energia limpa e renovável, a agricultura sustentável e o agronegócio de base familiar, a inclusão digital e o alargamento do acesso à internet, a inclusão financeira e a capacitação tecnológica.

VII. Perspectivas o 2º Semestre de 2026

Para o segundo semestre de 2026, perspectiva-se a manutenção de um enquadramento económico exigente, que continuará a requerer prudência, disciplina de gestão e capacidade de adaptação por parte das instituições financeiras. Embora o Fundo Monetário Internacional projecte um crescimento do Produto Interno Bruto angolano para o conjunto do ano, permanecem riscos relevantes associados à elevada dependência do sector petrolífero, à volatilidade dos preços internacionais do crude, às condições de financiamento externo e à evolução do contexto geopolítico internacional.

Neste contexto, a SGHCP manterá o foco na diversificação da oferta, na melhoria contínua da experiência dos investidores e na identificação de novas oportunidades de crescimento alinhadas com a evolução das necessidades do mercado. Estas iniciativas deverão contribuir para o alargamento da base de investidores, para o aumento dos activos sob gestão e para o reforço da competitividade da Sociedade.

No domínio tecnológico, continuaremos a potenciar as capacidades decorrentes do processo de transformação digital em curso, reforçando a automatização de processos, a utilização de soluções assentes em inteligência artificial e a adopção de ferramentas que promovam maior eficiência operacional, capacidade analítica e qualidade da informação disponibilizada aos nossos clientes, investidores e demais stakeholders.

Ao nível do controlo interno e gestão de risco, manteremos o foco no reforço da robustez dos sistemas de controlo e monitorização, assegurando o alinhamento permanente com as melhores práticas de governação, conformidade e gestão prudente dos riscos inerentes à nossa actividade. A Sociedade continuará igualmente a acompanhar a evolução do enquadramento regulatório, promovendo a adaptação tempestiva dos seus processos, políticas e normativos internos

No domínio da sustentabilidade, prevemos concluir e divulgar o Relatório de Sustentabilidade, reforçando a transparência do nosso desempenho e a conformidade com os compromissos assumidos no âmbito do United Nations Global Compact (UNGC) e dos Principles for Responsible Investment (PRI). Paralelamente, continuaremos a desenvolver iniciativas que promovam a integração efectiva de critérios ambientais, sociais e de governação (ESG) nos processos de tomada de decisão e gestão dos investimentos.

A Sociedade continuará empenhada em contribuir activamente para o fortalecimento do mercado de capitais angolano, para o crescimento da indústria dos Organismos de Investimento Colectivo e para a consolidação de um ecossistema financeiro mais sólido, inclusivo, transparente e sustentável.

Luanda, 20 de Agosto de 2026

Mário Amaral

Presidente do Conselho de
Administração

Valdir Costa

Vogal do Conselho de
Administração

VIII. Demonstrações Financeiras

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SGOIC, S.A.
BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mAOA)

	Notas	30-06-2026		31-12-2025	
		Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido	Valor Líquido
			Imparidades		
			Amortizações Depreciações		
Activo					
Disponibilidades	3	331 693	-	331 693	297 868
Disponibilidades em Instituições Financeiras		331 693	-	331 693	297 868
Aplicações	3	-	-	-	832 353
Aplicações em Instituições Financeiras		-	-	-	832 353
Créditos	4	290 894	-	290 894	302 812
Valores a Receber de Sociedades Geridas		290 894	-	290 894	302 812
Negociação e Intermediação de Valores	5	1 115 014	-	1 115 014	1 028 499
Diversos		1 115 014	-	1 115 014	1 028 499
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	6	1 532 390	(859 955)	672 435	251 626
Activos Fixos Tangíveis		657 129	(334 817)	322 312	98 521
Activos Intangíveis		875 261	(525 138)	350 123	153 105
TOTAL DO ACTIVO		3 269 991	(859 955)	2 410 036	2 713 158
Passivo e Fundos Próprios					
Outras Obrigações	7	588 141	-	588 141	1 103 572
Obrigações de Natureza Social ou Estatutária		430 331	-	430 331	1 100 852
Outras Obrigações de Natureza Fiscal		157 810	-	157 810	2 720
Negociação e Intermediação de Valores	7	106 771	-	106 771	106 771
Accionistas		106 771	-	106 771	106 771
TOTAL DO PASSIVO		694 912	-	694 912	1 210 343
Capital		30 000	-	30 000	30 000
Reserva Legal		447 869	-	447 869	447 869
Lucros e Prejuízos Acumulados		1 024 946	-	1 024 946	940 288
Resultado Líquido do Período/ Exercício		212 309	-	212 309	84 658
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	8	1 715 124	-	1 715 124	1 502 815
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS		2 410 036	-	2 410 036	2 713 158

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

Administrador

Presidente do Conselho de
Administração

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SGOIC, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mAOA)

	Notas	30-06-2026	30-06-2025
Proveitos			
Juros e Outros Rendimentos	9	1 721 031	1 696 572
Juros de Depósitos a Prazo		20 497	22 571
Comissão de Gestão		1 691 818	1 667 926
Rendimentos de Câmbio	9	8 716	6 075
Outros Rendimentos	9	1 419	6 942
TOTAL DOS PROVEITOS		1 722 450	1 703 514
Despesas			
Juros e Outras Despesas	10	-	378
Impostos	11	57 768	16 893
Multas	12	11 663	22 636
Custos e Perdas Operacionais	13	1 347 918	1 116 018
Prestação de Serviços		298 311	239 261
Custo com Pessoal		958 537	758 613
Perdas de Câmbio		24 212	18 219
Amortizações e Depreciações		66 858	99 925
Outros Custos e Perdas Operacionais	14	6 915	27 460
TOTAL DAS DESPESAS		1 424 264	1 183 385
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		298 186	520 130
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	11	(85 877)	(144 573)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		212 309	375 557

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Administrador

**Presidente do Conselho de
Administração**

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SGOIC, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DE FUNDOS PRÓPRIOS
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mAOA)

	Capital	Reserva Legal	Lucros e Prejuízos Acumulados	Resultado Líquido do Período/ Exercício	Total dos Fundos próprios
Saldo Inicial 01-01-2025	30 000	434 523	926 942	133 463	1 524 928
Transferência do Resultado de 2023					
Reserva Legal	-	13 346	-	(13 346)	-
Lucros e Prejuízos Acumulados	-	-	13 346	(13 346)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(106 771)	(106 771)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	84 658	84 658
Saldo no Final em 31-12-2025	30 000	447 869	940 288	84 658	1 502 815
Transferência do Resultado de 2025	-	-	84 658	(84 658)	-
Resultado Líquido do Período	-	-	-	212 309	212 309
Saldo no Final em 30-06-2026	30 000	447 869	1 024 946	212 309	1 715 124

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Administrador

**Presidente do Conselho de
Administração**

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SGOIC, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mAOA)

	30-06-2026	30-06-2025
Fluxos de Caixa de Juros e Outros Rendimentos		
Recebimentos de Proveitos de Disponibilidades	800 000	200 000
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Comissão de Gestão	1 592 998	1 521 644
Recebimentos de Proveitos de Outros Juros e Proveitos Equiparados	50 801	49 146
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Outros Rendimentos Operacionais	361 020	6 942
FLUXO DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS	2 804 819	1 777 732
Fluxos de Caixa de Juros e Outras Despesas		
Pagamentos de Custos de Disponibilidades	-	(300 000)
Fluxos de Caixa de Impostos		
Pagamento de Custos Inerentes aos Impostos Pagos em Angola	(614 055)	(201 907)
Fluxos de Caixa de Multas	-	(2 348)
Fluxos de Caixa de Custos e Perdas Operacionais		
Pagamento de Custos de Inerentes à Prestação de Serviços	(568 688)	(425 479)
Pagamento de Custos de Inerentes aos Custos com Pessoal	(1 361 587)	(512 177)
Pagamentos de Custos de Amortizações e Depreciações	(226 387)	-
Fluxo de Caixa de Liquidação de Dividendos		
Pagamento de Liquidações de Dividendos	-	-
FLUXO DE CAIXA DOS PAGAMENTOS	(2 770 717)	(1 441 911)
SALDO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO	34 102	335 821
EFEITO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS	(277)	1 260
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	297 868	363 684
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	331 693	700 765

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Administrador

**Presidente do Conselho de
Administração**

IX. Anexos às Demonstrações Financeiras

I. ACTIVIDADE

A SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SGOIC, S.A. (“HCP” ou “Sociedade”), é uma instituição financeira não bancária autorizada para o exercício das respectivas funções pela Comissão de Mercados de Capitais (“CMC”), sob o n.º 002/SGOIC/CMC/07-19, desde 12 de Julho de 2019.

A Sociedade foi constituída por Escritura Publica de 18 de Abril de 2019, tendo como objecto social a gestão profissional de um ou mais organismos de investimento colectivo, comercialização de unidades de participação e prestação de serviços de consultoria de investimentos. A Sociedade opera e tem sede social na Via S8, Condomínio Cidade Financeira, Talatona – Luanda Sul, Distrito Urbano de Talatona.

No que se refere à estrutura accionista, conforme detalhado na Nota 8, a Sociedade é detida maioritariamente pela MILOS Capital Partners, S.A..

Nos exercícios findos em 30 de Junho de 2026 e em 31 de Dezembro de 2025, o Valor Líquido Global dos Fundos sob a gestão da HCP era o seguinte:

Designação	Data de início de actividade	Valor Líquido Global do Fundo	
		30-06-2026	31-12-2025
Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	06 de Junho de 2016	321 039 738	320 935 320
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	06 de Junho de 2016	18 332 148	21 140 349
Dual Impact Fund – Fundo de Capital de Risco de Subscrição Particular	10 de Fevereiro de 2022	3 679 054	3 593 770

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e com as normas contabilísticas aplicáveis às Sociedades Gestoras, Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo aprovado pelo Regulamento n.º 9/16, de 6 de Julho, da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), em vigor em 30 de Junho de 2026.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Agosto de 2026.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Abril de 2026, estando pendentes de aprovação e deliberação da proposta de aplicação dos resultados pela Assembleia Geral de Accionistas, sendo entendimento do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações (Nota 8).

De acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, são de preparação obrigatória as seguintes componentes das Demonstrações Financeiras:

- Balanços em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025
- Demonstrações dos Resultados para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2026 e 2025

- Demonstrações de Mutações de Fundos Próprios para o Período de Seis Meses Findo em 30 de Junho de 2026 e para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2026 e 2025
- Anexo às Demonstrações Financeiras

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no regulamento da CMC, sendo que, as notas cuja numeração se encontra ausente, não são aplicáveis à Sociedade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, tendo as demonstrações financeiras sido preparadas com base no princípio da continuidade das operações e da especialização, respeitando as características da relevância e fiabilidade e em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 30 de Junho de 2026 encontram-se expressas em milhares de kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos com base no câmbio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola ("BNA") naquelas datas. Em 30 de Junho de 2026, 31 de Dezembro de 2025 e 30 de Junho de 2025, os câmbios indicativos do Kwanza ("kwanzas" ou "AOA"), publicados pelo BNA, face às divisas a que a Sociedade se encontra mais exposta eram os seguintes:

	30-06-2026	31-12-2025	30-06-2025
USD	912,570	912,286	911,955
EUR	1040,877	1069,522	1079,771
GBP	1206,624	1225,697	1249,082

2.2 Comparabilidade

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025 e em 30 de Junho de 2025.

2.3 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Juros de aplicações

Os juros das aplicações são especializados na demonstração dos resultados do período, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados na rubrica "Juros e Outros Rendimentos – Juros de Depósitos a Prazo" (Nota 9).

c) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multicurrency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data de transacção.

d) Disponibilidades

O saldo de disponibilidades compreende os valores em caixa e todos os saldos em Bancos, imediatamente mobilizáveis.

e) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de disponibilidades em instituições financeiras.

f) Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros Custos e Perdas”.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do período numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, enquadrado nos seguintes intervalos:

	<u>Via útil</u>
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 - 8
Outras Imobilizações Corpóreas	3 - 8

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos fixos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na demonstração dos resultados do período. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto na demonstração dos resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

Activos Intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das actividades da sociedade. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

g) Regime fiscal

Imposto Industrial – Regime Geral

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial, nos termos do Regime Geral de tributação. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/20, de 20 de Julho) sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 25%, de acordo com o n.º I do artigo 64.º da referida Lei.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos ao lucro tributável de um ou mais dos cinco exercícios posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2026.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Imposto Industrial-retenção na fonte

Nos termos do artigo 67.º do Código do Imposto Industrial, a Sociedade deve proceder à retenção na fonte, em sede de Imposto Industrial, sobre os sujeitos passivos de Imposto Industrial residentes em Angola que exercem actividades de prestação de serviços, à taxa de 6,5%, sendo um pagamento de imposto provisório e relevando na liquidação definitiva, deduzindo-se à colecta final do contribuinte retido. Por outro lado, de acordo com o artigo 73.º do referido Código, que estabelece o Regime Especial de Tributação de Serviços Acidentais, a Sociedade deve proceder à retenção na fonte, em sede de Imposto Industrial, à taxa de 6,5%, sobre serviços prestados em território nacional por pessoas colectivas sem sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola.

Redução no valor recuperável de outros activos (imparidade)

A Sociedade avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, sendo efectuado por contrapartida de resultados.

A Sociedade avalia a recuperabilidade dos valores devidos através da análise da degradação da qualidade creditícia do(s) devedor(es).

h) Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

i) Benefícios a colaboradores

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, a Sociedade releva contabilisticamente no exercício os valores relativos ao subsídio de férias pagável no ano seguinte.

j) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a entidade gestora cobra uma comissão de gestão mensal flexível, de acordo com a evolução do Valor Líquido Global do Fundo, conforme o modelo infra descrito:

Valor líquido global	Taxa comissão de gestão
Até 60 000 000 000	2,15%
60 000 000 001 a 140 000 000 000	1,75%
140 000 000 001 a 200 000 000 000	1,35%
> 200 000 000 001	0,95%

Assim, tendo em conta o Valor Líquido Global do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a entidade gestora cobra uma comissão nominal fixa anual de gestão de 0,95% sobre o Valor Líquido Global do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, devendo ser paga trimestral e postecipadamente.

A Sociedade terá ainda direito a receber do Fundo uma comissão de desempenho, tal como definida naquele regulamento.

Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a entidade gestora cobra uma comissão nominal fixa anual de gestão de 1,25% sobre o Valor Líquido Global do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos de investimento geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo) antes de comissões e taxa de supervisão, devendo ser paga mensal e postecipadamente.

Dual Impact Fund – Fundo de Capital de Risco de Subscrição Particular

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a entidade gestora cobra ao Fundo, trimestral e antecipadamente, uma comissão de gestão igual ao maior dos seguintes montantes:

- i) Taxa de comissão de gestão nominal fixa anual de 2,75% sobre: a) o montante total global das unidades de participação subscritas na respectiva fase de subscrição, durante o período de investimento, b) após este período, sobre o Valor Líquido Global do Fundo, ou

- ii) Cem milhões de kwanzas anualmente (100 000 mAOA).

Adicionalmente, constitui encargo do Fundo para com a Sociedade, o montante equivalente a 0,90% sobre o total do capital subscrito do Fundo, decorrente da constituição, organização do Fundo e subscrição das unidades de participação. Cada investidor, incluindo as entradas posteriores ao primeiro *closing*, deverão suportar numa proporção pro-rata este custo. De acordo com o Regulamento de gestão do Fundo, a Sociedade terá ainda direito a receber do Fundo uma comissão de desempenho anual, tal como definido na “Política de distribuição de rendimentos do Fundo”.

k) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências.

l) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

m) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas o Conselho de Administração efectuou juízos de valor e estimativas e utilizou diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	Moeda	30-06-2026	31-12-2025
Disponibilidades em Instituições Financeiras			
Depósito à Ordem			
Banco Millennium Atlântico	AOA	171 525	181 766
Banco de Comércio e Indústria	AOA	56 698	50 000
Banco Angolano de Investimentos	AOA	46 251	9 308
Standard Bank de Angola	AOA	41 877	41 928
Banco Millennium Atlântico	EUR	10 066	10 343
Outros Depósitos			
Banco Angolano de Investimento	AOA	5 276	4 523
		331 693	297 868
Aplicações em Instituições Financeiras			
Certificados de Depósitos	AOA	-	800 000
Juros Corridos	AOA	-	32 353
		-	832 353
		331 693	1 130 221

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, a rubrica “Disponibilidades em Instituições Financeiras” é integralmente constituída por depósitos à ordem, não remunerados.

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026, a rubrica “Aplicações em Instituições Financeiras”, registou os seguintes depósitos a prazo, apresentados cronologicamente, como segue:

QT	Data de Constituição	Data de Vencimento	Estado na Data de Referência	Moeda	Taxa de Juro Anual	Montante de Constituição	Juros em Balanço	Juros Recebidos até 30-06-2026 (Nota 9)
Banco Millennium Atlântico, S.A.								
1	22-03-2025	22-03-2026	Vencido	AOA	12,50%	300 000	-	8 323
2	30-09-2025	29-03-2026	Vencido	AOA	15,50%	150 000	-	5 605
							-	13 928
Banco de Comércio e Indústria								
1	30-12-2025	10-02-2026	Vencido	AOA	17,00%	200 000	-	4 005
2	30-12-2025	08-02-2026	Vencido	AOA	16,00%	150 000	-	2 564
							-	6 569
							-	20 497

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026, a rubrica “Aplicações em Instituições Financeiras” apresentou uma taxa de remuneração média ponderada de 15,25%.

4. CRÉDITOS

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	31-12-2025
Valores a Receber de Sociedades Geridas		
Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	250 872	259 156
Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular	21 167	21 167
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	18 855	22 489
	290 894	302 812

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, o saldo desta rubrica refere-se, essencialmente, à especialização das comissões de gestão cobradas pela Sociedade, a receber dos Fundos sob gestão até às referidas datas.

5. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	31-12-2025
Negociação e Intermediação		
Devedores Diversos	595 700	33 184
Imposto Industrial - Retenção na Fonte	366 374	323 261
Diferimentos de Seguros	44 659	109 260
Outros Diferimentos	42 270	21 438
Adiantamento a Colaboradores	36 745	15 343
Adiantamentos a Fornecedores	29 266	16 294
Outros Valores a Receber	-	509 719
	1 115 014	1 028 499

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Devedores Diversos” refere-se essencialmente a valores associados ao acordo de partilha e imputação de custos que totalizou valor a receber de 391 milhões de kwanzas da entidade Hemera Capital Partners, S.A., e 160 milhões de kwanzas da entidade Hemera Capital Partners Securities - SDVM, S.A.. Estes custos serão posteriormente reflectidos na facturação a emitir as entidades beneficiárias.

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Imposto Industrial – Retenção na Fonte” refere-se a retenções na fonte do Imposto Industrial previsto na Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, efectuadas pelos Fundos sobre as comissões de gestão cobradas pela Sociedade, bem como as retenções decorrentes do acordo de partilha e imputação de custos celebrado entre as entidades Hemera Capital Partners S.A. e a entidade Hemera Capital Partners Securities - SDVM S.A., após dedução ao montante apurado de imposto industrial a pagar.

Em 30 de Junho de 2026, o saldo da rubrica “Diferimentos de Seguros” desagrega-se essencialmente da seguinte forma:

- Seguro de saúde, no valor de 32 milhões de kwanzas;
- Seguro de acidente de trabalho, no valor de 8 milhões de kwanzas; e
- Seguro automóvel, no valor de 3 milhões de kwanzas.

Esses valores dizem respeito aos montantes pagos antecipadamente a serem reconhecidos em períodos futuros.

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Adiantamentos a Colaboradores” refere-se essencialmente a adiantamentos concedidos aos colaboradores, cujo reembolso é efectuado através de desconto no respectivo processamento salarial, e a saldos de cartões pré-pagos.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	31-12-2025
Activos Fixos Tangíveis		
Equipamento de Transporte	259 022	167 522
Equipamento Administrativo	340 946	171 115
Outras Imobilizações Corpóreas	57 161	57 161
Depreciações Acumuladas	(334 817)	(297 277)
	322 312	98 521
Activos Intangíveis		
Softwares	743 114	543 084
Activos Intangíveis em Curso	132 147	105 840
Amortizações Acumuladas	(525 138)	(495 819)
	350 123	153 105
	672 435	251 626

O movimento ocorrido na rubrica de activos fixos tangíveis e intangíveis durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 foi o seguinte:

Rubricas	31-12-2025			30-06-2026				Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Alienações	Abates/ Transf's	Amortizações do Exercício	
Activos Fixos Tangíveis								
Equipamento de Transporte	167 522	(148 753)	18 769	91 498	-	-	(7 244)	103 023
Equipamento Administrativo	171 117	(129 346)	41 771	169 829	-	-	(24 585)	187 015
Outras Imobilizações Corpóreas	57 159	(19 178)	37 981	2	-	-	(5 709)	32 274
	395 798	(297 277)	98 521	261 329	-	-	(37 538)	322 312
Activos Intangíveis								
Softwares	543 084	(495 819)	47 265	200 030	-	-	(29 320)	217 975
Activos Intangíveis em Curso	105 840	-	105 840	26 308	-	-	-	132 148
	648 924	(495 819)	153 105	226 338	-	-	(29 320)	350 123
	1 044 722	(793 096)	251 626	487 667	-	-	(66 858)	672 435

Rubricas	31-12-2024			31-12-2025				Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Alienações	Abates/ Transf's	Amortizações do Exercício	
Activos Fixos Tangíveis								
Equipamento de Transporte	167 522	(127 791)	39 731	-	2 412	(2 412)	(20 962)	18 769
Equipamento Administrativo	170 069	(92 510)	77 559	1 048	-	-	(36 836)	41 771
Outras Imobilizações Corpóreas	42 651	(8 636)	34 015	14 508	-	-	(10 542)	37 981
	380 242	(228 937)	151 305	15 556	2 412	(2 412)	(68 340)	98 521
Activos Intangíveis								
Softwares	459 389	(401 998)	57 391	83 695	-	1 790	(95 611)	47 265
Activos Intangíveis em Curso	-	-	-	105 840	-	-	-	105 840
	459 389	(401 998)	57 391	189 535	-	1 790	(95 611)	153 105
	839 631	(630 935)	208 696	205 091	2 412	(622)	(163 951)	251 626

Em 30 de Junho de 2026, os aumentos, incluem essencialmente:

- Aquisição de uma viatura;
- Aquisição de equipamento informático;
- Aquisição *software core* de gestão dos fundos; e
- Aquisição de uma plataforma tecnológica com recurso a inteligência artificial que permita ler e analisar os relatórios de avaliação.

Em 30 de Junho de 2026, o saldo da rubrica “Equipamento administrativo” inclui o montante de 122 milhões de kwanzas, referente ao valor do *fit-out* associado ao contrato de arrendamento celebrado pela Sociedade. Este montante corresponde a contraprestação a pagar pela cedência, a favor da inquilina, das benfeitorias interiores e equipamentos existentes no imóvel arrendado. Este valor será reconhecido de forma faseada durante o período do contrato de arrendamento, com duração de 5 anos.

A rubrica “Softwares”, inclui o licenciamento do sistema SGC correspondente a um contrato com um prazo de 5 anos para pagamento tendo sido registado até ao exercício de 2025 com base no custo já incorrido, passando a ser registado com base no valor total do investimento a partir do exercício de 2026, incluindo o valor a pagar registado na rubrica “Outras de Natureza Social ou Estatutária (Nota 7).

7. PASSIVO

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	31-12-2025
Obrigações de Natureza Social ou Estatutária		
Encargos a Pagar		
Contrato fornecimento de <i>software</i> (Nota 6)	132 712	-
Subsídios	90 900	88 370
Prémios	78 973	892 310
Outros Credores	67 742	10 992
Fornecedores Correntes	25 503	76 878
Auditoria	19 315	22 350
Seguros	7 701	2 965
Outros Encargos	2 542	3 097
Deslocação e Estadas	2 098	2 098
Quotas de condomínio	1 687	-
Comunicação	1 158	1 252
Pessoal	-	540
	430 331	1 100 852
Obrigações de Natureza Fiscal		
Imposto Industrial		
Imposto	85 877	65 704
Dedução de Retenções na Fonte	(85 877)	(65 704)
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	107 379	338
Imposto Sobre o Rendimento de Trabalho	25 439	854
Segurança Social	13 068	415
Impostos Industrial - Retenção na Fonte	11 924	1 113
	157 810	2 720
	588 141	1 103 572
Negociação e Intermediação de Valores		
Accionistas	106 771	106 771
	106 771	106 771

Em 30 de Junho de 2026, o saldo da rubrica “Contrato fornecimento de *software*” corresponde aos montantes a pagar relativamente ao fornecimento do sistema SGC (Nota 6).

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Subsídios” refere-se à estimativa dos subsídios de férias e de Natal relativos ao período de Janeiro a Junho, reconhecidos de forma proporcional ao período de prestação de trabalho dos colaboradores.

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Prémios” refere-se às estimativas de prémios a pagar sobre o desempenho nos referidos exercícios.

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, os saldos das rubricas “Outros Credores” e “Fornecedores Correntes” correspondem a custo a liquidar de natureza diversa, nomeadamente serviços de consultoria financeira, serviços de consultoria de sustentabilidade e ESG, natureza fiscal e honorários de advogados.

Em 30 de Junho de 2026, o saldo da rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” corresponde essencialmente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado associado à facturação do acordo de partilha e imputação de custos (Nota 5).

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, a Sociedade apurou Imposto Industrial tendo em consideração as regras fiscais definidas na Lei n.º 26/20 de 20 de Julho (Nota 11).

Em Maio de 2026, a Sociedade procedeu à liquidação do Imposto Industrial relativo ao exercício de 2025, mediante compensação dos montantes de imposto retido na fonte sobre as facturas emitidas aos seus clientes.

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Accionistas” refere-se a montantes de dividendos do exercício de 2024 por distribuir.

8. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2026	31-12-2025
Capital	30 000	30 000
Reserva Legal	447 869	447 869
Lucros e Prejuízos Acumulados	1 024 946	940 288
Resultado Líquido do Período/ Exercício	212 309	84 658
	1 715 124	1 502 815

A Sociedade foi constituída com um capital de 30 000 milhares de kwanzas, realizado em numerário e dividido e representado por 30 000 acções, de valor nominal unitário de 1 000 kwanzas.

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025, a estrutura accionista da Sociedade é a seguinte:

Rubricas	Nº Acções	%	Valores
Accionistas			
MILOS Capital Partners, SA	29 996,00	99,990%	29 996
Miguel Raposo Alves	1,00	0,002%	1
Luiana Cristina Vieira Nunes Carvalho dos Santos	1,00	0,002%	1
Elpidio Ferreira Lourenço Neto	1,00	0,002%	1
Claudia Cristina Silva Pires Pinto	1,00	0,002%	1
			30 000

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Capital	Reserva Legal	Lucros e Prejuízos Acumulados	Resultado Líquido do Período/ Exercício	Total dos Fundos próprios
Saldo em 01-01-2025	30 000	434 523	926 942	133 463	1 524 928
Transferência do Resultado de 2024					
Reserva Legal	-	13 346	-	(13 346)	-
Lucros e Prejuízos Acumulados	-	-	13 346	(13 346)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(106 771)	(106 771)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	84 658	84 658
Saldo em 31-12-2025	30 000	447 869	940 288	84 658	1 502 815
Transferência do Resultado de 2025	-	-	84 658	(84 658)	-
Resultado Líquido do Período	-	-	-	212 309	212 309
Saldo em 30-06-2026	30 000	447 869	1 024 946	212 309	1 715 124

Por deliberação unânime do Conselho de Administração, realizada no dia 15 de Julho de 2025 foi proposto aplicar o valor correspondente ao resultado líquido obtido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 no montante de 133 464 milhares de kwanzas, para 80% em distribuição de dividendos, 10% em resultados transitados e 10% em reservas legais.

Relativamente ao resultado líquido obtido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, não foi deliberada a proposta de aplicação do resultado (Nota 2.1).

De acordo com a Lei das Sociedades Comerciais em vigor, devem ser alocados, pelo menos, 5% dos lucros líquidos da Sociedade, até que essa reserva perfaça 20% do capital social, sem prejuízo de no pacto social ser possível fixar percentagens e montantes mínimos mais elevados. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

9. PROVEITOS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2026 e 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	30-06-2025
Proveitos		
Juros e Outros Rendimentos:		
Juros de Depósitos a Prazo (Nota 3)	20 497	22 571
Comissão de Gestão (Nota 4)	1 691 818	1 667 926
Rendimentos de Câmbio	8 716	6 075
Outros Rendimentos		
Correcções de Exercícios Anteriores	1 419	-
Outros Rendimentos Operacionais	-	6 942
	1 722 450	1 703 514

A rubrica “Juros de Depósitos a Prazo” regista os rendimentos associados aos juros de depósitos a prazo.

A rubrica “Comissão de Gestão” regista os rendimentos associados a comissões de gestão dos fundos geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição por Fundo:

	30-06-2026	30-06-2025
Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	1 513 937	1 501 050
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	127 881	116 876
Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular	50 000	50 000
	1 691 818	1 667 926

A comissão nominal fixa anual de gestão cobrada pela Hemera aos Fundos tem a seguinte composição:

	30-06-2026	30-06-2025
Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	0,95%	0,95%
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	1,25%	1,25%
Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular	2,75%	2,75%

Conforme descrito na Nota 2.3 alínea k), a Sociedade tem direito a receber uma comissão de desempenho do Fundo Pactual Property. No entanto não foram atingidos todos os objectivos pelo que não há lugar ao pagamento desta comissão.

10. JUROS E OUTRAS DESPESAS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2026 e 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	30-06-2025
Despesas		
Juros e Outras Despesas	-	378
	-	378

O saldo desta rubrica é referente aos juros de operações contratadas de *leasing* de viaturas.

11. IMPOSTOS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2026 e 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	30-06-2025
Imposto Industrial (Nota 7)		
Relativo a 2026	85 877	-
Relativo a 2025	-	144 573
	85 877	144 573
Outros Impostos		
Outros Impostos	30 258	571
Contribuição Especial sobre Operações Cambiais	19 346	8 357
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 129	2 326
Taxas	2 985	3 382
Imposto sobre a Aplicação de Capitais	2 050	2 257
	57 768	16 893
	143 645	161 466

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2026 e 2025, a rubrica “Imposto Industrial” diz respeito à estimativa de imposto sobre os lucros a liquidar à Administração Geral Tributária, de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2026	30-06-2025
Resultado Antes de Impostos	298 186	520 130
Correcções para Efeitos Fiscais:		
A Acrescer		
Variações Patrimoniais Positivas	-	-
Custos e Perdas não Aceites para Efeitos Fiscais:		
Imposto Suportado pela Própria Empresa	30 258	571
Multas	11 663	22 636
Outros Acréscimos	10 358	38 304
Variações Cambiais Desfavoráveis não Realizadas	10 111	7 192
Correcções de Exercícios Anteriores	6 198	4 518
Amortizações	2 408	3 411
Imposto Sobre a Aplicação de Capitais	2 050	2 257
Despesas não Documentadas	1 488	7 179
Despesas Indevidamente Documentadas	-	216
A deduzir		
Variações Patrimoniais Negativas	-	-
Proveitos e Ganhos não Tributáveis:		
Proveitos Sujeitos a Imposto Sobre a Aplicação de Capitais	(20 497)	(22 571)
Variações Cambiais Favoráveis não Realizadas	(8 715)	(5 550)
Prejuízos Fiscais de Anos Anteriores	-	-
Lucros Levados a Reservas e Reinvestidos	-	-
Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)	343 508	578 293
Taxa Nominal de Imposto	25%	25%
Imposto Sobre Lucros	(85 877)	(144 573)
Taxa Efectiva de Imposto	25%	25%

12. MULTAS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2026 e 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	30-06-2025
Multas	11 663	22 636
	11 663	22 636

O saldo desta rubrica resulta do pagamento de multas e juros de pagamentos de impostos fora dos prazos legais.

Esse valor é referente a multa no total de 11 milhões de kwanzas que foi aplicada a Sociedade, resultado do cumprimento de uma execução fiscal.

13. CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2026 e 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	30-06-2025
Prestação de serviços		
Custos de Serviços Técnicos Especializados	128 938	146 268
Custos de Transportes, Deslocações e Alojamentos	73 653	12 353
Despesas Serviços Informáticos (Licenças, Softwares)	43 631	31 274
Rendas e Alugueres	14 619	225
Despesas de Publicidade	10 235	6 270
Despesas de Comunicação	9 229	9 858
Outros Fornecimentos	5 212	443
Custos com Conservação e Reparação de Equipamentos - Serviços	3 302	3 948
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	3 081	3 427
Custos com Conservação e Reparação de Equipamentos - Materiais	2 743	4 427
Seguros	1 820	1 168
Despesas não Documentadas (Nota 12)	1 488	7 179
Custos com Material de Escritório	360	8 199
Combustíveis e Outros Fluidos	-	2 764
Limpeza, Higiene e Conforto	-	899
Notariado	-	228
Despesas Indevidamente Documentadas (Nota 12)	-	216
Água e Energia	-	115
	298 311	239 261
Custos com Pessoal	958 537	758 613
Perdas de Câmbio	24 212	18 219
Amortizações e Depreciações	66 858	99 925
	1 347 918	1 116 018

A rubrica “Custos de Serviços Técnicos Especializados” mantém-se estável face ao período homólogo, registando-se uma ligeira diminuição de aproximadamente 12%. Esta evolução reflecte a continuidade dos serviços contratados, nomeadamente nas áreas de consultoria financeira, serviços jurídicos e auditorias.

O aumento da rubrica “Custos de Transporte, Deslocações e Alojamento” está relacionado, essencialmente, com deslocações profissionais e estratégicas realizadas em actividades de representação, desenvolvimento de negócios e acompanhamento de oportunidades estratégicas.

O aumento da rubrica “Rendas e alugueres” está relaciona com a celebração do contrato de arrendamento, com uma duração de 5 anos.

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2026 e 2025, a rubrica “Custos com Pessoal” tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	30-06-2025
Remunerações - Órgãos sociais	274 660	237 671
Remunerações - Pessoal	453 335	413 420
Encargos sobre Remunerações	139 379	44 459
Seguros	72 128	62 692
Formação	19 035	-
Outras Despesas com Pessoal	-	371
	958 537	758 613

As Remunerações dos Órgãos Sociais incluem o pagamento de prémios relativos à performance da Sociedade e reajuste remuneratório, tendo sido deliberados na reunião de Assembleia Geral.

O aumento de Remunerações do Pessoal, é essencialmente justificado pelo registo de aproximadamente de 81 milhões de kwanzas relativo à estimativa de prémios a pagar com referência ao exercício de 2026.

Em 30 de Junho de 2026 e 2025, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	30-06-2025
Asset management	11	9
Logística e administrativos	9	7
Estagiário	5	-
Back Office	4	4
Legal & Compliance	4	4
Investor Relations	4	2
Tecnologias de informação	3	4
Equipa de gestão	2	3
Capital Humano	2	2
	44	35

14. OUTROS CUSTOS E PERDAS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2026 e 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2026	30-06-2025
Resultados não operacionais		
Correcções de Exercícios Anteriores	6 198	(895)
Outras Perdas não Operacionais	717	28 354
	6 915	27 460

15. SALDOS E TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas da Sociedade as empresas e fundos detalhados abaixo, e os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Para além dos membros do Órgão de Administração e dos elementos-chave de gestão, são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão mantêm influência significativa.

Em 30 de Junho de 2026 e em 31 de Dezembro de 2025, a Sociedade MILOS Capital Partners, S.A., detém mais de 10% do capital social da Sociedade (Nota 8).

Em 30 de Junho de 2026 a Sociedade possui a seguinte estrutura dos órgãos sociais:

Conselho de Administração:

- Presidente: Mário Alberto Falhas Amaral
- Vogal: Valdir Rodrigues da Costa

Conselho Fiscal:

- Presidente: Márcia Nijiolela Ganga da Costa de Brito
- Vogal: Walter Wagner Hinda
- Vogal: Edivalda Efigénia Hilário Pedro Machado
- Suplente: Claudeth Elsa Gonçalves Tjisindandjila
- Suplente: Alexandre Ernesto da Costa António

Outras entidades:

- Hemera Capital Partners, S.A.;
- Hemera Capital Partners Securities - SDVM, S.A.;
- Os Fundos sob gestão da Sociedade à data de 30 de Junho de 2026 foram os seguintes:
 - Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
 - Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto
 - Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular

Em 30 de Junho de 2026 e em 31 de Dezembro e 30 de Junho de 2025, a Sociedade apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

	30-06-2026			31-12-2025		
	Accionistas	Órgãos Sociais	Outras Entidades	Accionistas	Órgãos Sociais	Outras Entidades
Activos						
Crédito						
Valores a Receber de Sociedades Geridas (Nota 4)	-	-	290 894	-	-	302 812
Negociação e Intermediação de Valores						
Devedores Diversos (Nota 5)	-	10 304	551 826	-	2 240	331 699
Passivo						
Outras Obrigações						
Outras Obrigações de Natureza Social e Estatutária (Nota 7)	-	14 711	-	-	32 265	-
Outras Obrigações de Natureza Fiscal (Nota 7)	-	6 836	-	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores						
Accionistas (Nota 7)	106 771	-	-	106 771	-	-
Fundos Próprios						
Capital Realizado (Nota 8)	29 996	4	-	29 996	4	-
Proveitos						
Juros e Outros Rendimentos						
Outras Comissões (Nota 9)	-	-	1 691 818	-	-	1 667 926
Despesas						
Juros e Outras Despesas						
Custos e Perdas Operacionais	-	-	-	-	378	-
Custos com Pessoal	-	274 660	-	-	237 671	-

Todas as transacções com partes relacionadas foram efectuadas a preços de mercado.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se registaram quaisquer eventos relevantes após a data do balanço que requeiram registo ou divulgação nas demonstrações financeiras da Sociedade em 30 de Junho de 2026.

X. Relatório do Auditor Externo



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Edifício Moncada Prestige – Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º
Luanda – Angola
+244 227 28 01 01 – www.kpmg.co.ao

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Accionistas da
SG Hemera Capital Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.

Introdução

Efectuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da **SG Hemera Capital Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.** (a “Sociedade”), que compreendem o balanço em 30 de Junho de 2026 (que evidencia um total de 2 410 036 milhares de kwanzas e um total de fundos próprios de 1 715 124 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 212 309 milhares de kwanzas), a demonstração dos resultados, a demonstração de mutações de fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo aprovado pelo Regulamento n.º 9/16, de 6 de Julho, da Comissão do Mercado de Capitais (“CMC”), e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspectos materiais de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras aprovado pelo Regulamento n.º 9/16, de 6 de Julho, da CMC.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efectuamos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efectuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efectuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.



Conclusão

Com base no trabalho efectuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **SG Hemera Capital Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.**, em 30 de Junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras aprovado pelo Regulamento n.º 9/16, de 6 de Julho, da CMC.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2025, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro Perito Contabilista que sobre elas emitiu um Relatório do Auditor Independente sem reservas e sem ênfases, datado de 30 de Abril de 2026, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, e um Relatório de Revisão Limitada sem reservas e sem ênfases, datado de 29 de Agosto de 2025, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2025. A nossa contratação como Peritos Contabilistas ocorreu a 16 de Julho de 2026 para efectuarmos a auditoria às contas do exercício a findar em 31 de Dezembro de 2026.

Luanda, 28 de Agosto de 2026

KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.

(Auditor Externo registado na CMC com o número 001/SPC/DSEA/CMC/08-2015)

Representada por:

Paulo Rui Inocêncio Ascensão

(Perito Contabilista com cédula n.º 20140082)

XI. Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas da

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS - SGOIC, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora, por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da SG HEMERA CAPITAL PARTNERS - SGOIC, S.A. (Sociedade) relativos ao período findo em 30 de Junho de 2026.

No decurso do referido período, acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos necessárias, a evolução da actividade da Sociedade, o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração os esclarecimentos solicitados.

Analisámos e concordámos com o teor do Relatório de Revisão Limitada dos Auditores Externos, com conclusões satisfatórias, emitido pela KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, SA, o qual damos integralmente reproduzido.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Relatório & Contas à data de 30 de Junho de 2026, elaborado pelo Conselho de Administração, em cumprimento do N°1, alínea b) da Instrução 007/CMC/05 - 21 que inclui, com referência ao mesmo período, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Mapa da Situação Líquida da Sociedade bem como a informação detalhada da carteira dos organismos de investimento colectivo por esta geridos e sobre as actividades desenvolvidas durante o semestre.

Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras com referência a 30 de Junho de 2026, bem como o respectivo conteúdo do Relatório & Contas.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 31 de Agosto de 2026

O CONSELHO FISCAL

Márcia Nigiolela
(Presidente)



Walter Hinda
(Vogal)





www.hemeracapitalpartners.com/en/
www.linkedin.com/company/hemera-capital-partners